

Relatório de Governo
Societário

2022

EEM – Empresa Electricidade da Madeira, S.A

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 30 de março de 2023

Índice

I.	Sumário Executivo	3
II.	Missão, Objetivos e Políticas	6
III.	Estrutura de capital	12
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas.....	12
V.	Órgãos Sociais e Comissões	13
	A. Modelo de Governo	13
	B. Assembleia Geral.....	15
	C. Administração e Supervisão	15
	D. Fiscalização.....	22
	E. Revisor Oficial de Contas (ROC)	28
VI.	Organização Interna	29
	A. Estatutos e Comunicações	29
	B. Controlo interno e gestão de riscos.....	31
	C. Regulamentos e Códigos	44
	D. Deveres especiais de informação	47
	E. Sítio na Internet.....	49
	F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	50
VII.	Remunerações.....	50
	A. Competência para a Determinação	50
	B. Comissão de Fixação de Remunerações.....	52
	C. Estrutura das Remunerações.....	52
	D. Divulgação das Remunerações	53
VIII.	Transações com partes Relacionadas e Outras	54
IX.	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental.....	57
X.	Avaliação do Governo Societário.....	69

I. Sumário Executivo

A síntese ou sumário executivo deve permitir a fácil perceção do conteúdo do relatório e, em particular, mencionar as alterações mais significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2022.

Desde 1897 até à atual Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. (doravante designada por “EEM”), sucederam-se vários ciclos de mudança, que se revelaram fundamentais para que o espírito de iniciativa perdurasse ao longo do tempo.

Na verdade, em cada período verificaram-se desafios tecnológicos, implementação de sistemas inovadores, definição e execução dos respetivos planos estratégicos, com ambição e capacidade para enfrentar as dificuldades próprias de uma rede elétrica regional isolada.

A “Empresa de Electricidade da Madeira, E.P.” foi criada pelo Decreto-lei n.º 12/74, de 17 de janeiro, como pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira, tendo por objeto a prossecução, em regime de exploração industrial, dos planos de novos aproveitamentos hidroagrícolas e hidroelétricos e a exploração do serviço público de produção, transporte e distribuição de energia elétrica em todos os concelhos do arquipélago da Madeira.

O estatuto da “Empresa de Electricidade da Madeira, E.P.” foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 30/79, de 24 de fevereiro, tendo os poderes de tutela do Estado sido transferidos para o Governo Regional da Madeira através do Decreto-lei n.º 31/79, de 24 de fevereiro. Por sua vez, com o Decreto Legislativo Regional n.º 14/94/M, de 3 de junho, a Empresa passou a sociedade anónima de capitais detidos exclusivamente pela Região Autónoma da Madeira (RAM), adotando a designação “EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.”, sendo que a sociedade rege-se pelo referido Decreto Legislativo Regional (cfr. o art.º 1º, n.º 2), pelos estatutos aprovados por aquele diploma, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas, pelo regime jurídico do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira.

A regulação das atividades de produção, transporte e distribuição de energia elétrica encontra-se prevista nos art.º 5º e 6º do Decreto-Lei n.º 182/95, de 27 de julho, sendo exercida pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), criada pelo Decreto lei n.º 187/95, de 27 de julho, cuja competência foi estendida às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira pelo Decreto-lei n.º 69/2002, de 25 de março. A ERSE é a entidade responsável pela adoção dos regulamentos do sector elétrico, nomeadamente o Regulamento Tarifário, sendo que as tarifas aplicadas pela EEM, a partir de 1 de janeiro de 2003, são definidas pela ERSE, que passa a ser também a entidade responsável pelo cálculo da compensação tarifária transferida para a EEM, de modo a compensar a redução das tarifas.

O facto do custo inerente à disponibilização da eletricidade ser diferente nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira levou à uniformização do tarifário, operada pelo referido Decreto-lei n.º 69/2002, a qual assentou no princípio da partilha dos benefícios da convergência dos sistemas elétricos nacionais.

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO 2022

Relativamente ao conteúdo do Relatório do Governo Societário não se registaram, no ano de reporte, alterações ou factos dignos de registo, tendo sido mantidas as boas práticas de Governo Societário em uso nos anos anteriores.

De acordo com as Instruções emanadas para a preparação e elaboração do Relatório de Governo Societário para o ano em apreço, apresenta-se o quadro seguinte:

CAPÍTULO II do RJSERAM – Práticas de bom governo		sim	não	data
Artigo 41.º	apresentou plano de atividades e orçamento para 2022 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	x		29-6-2020
	obteve aprovação pelas tutelas setorial e financeira do plano de atividades e orçamento para 2022	x		29-6-2020
Artigo 42.º	divulgou informação sobre a estrutura societária, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais (incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento), documentos de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, identidade e curriculum dos membros dos órgãos sociais, remunerações e outros benefícios	x		n.a.
Artigo 44.º	elaborou o relatório identificativo de ocorrências, ou risco de ocorrências, associado à prevenção da corrupção, de 2022	x		22-12-2022
Artigo 45.º	adotou um código de ética e divulgou o documento	x		03-11-2021
Artigo 46.º	tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, caso lhe esteja confiada		x	n.a.
Artigo 47.º	prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental	x		26-08-2021
Artigo 48.º	implementou políticas de recursos humanos e planos de igualdade	x		08-09-2021
Artigo 49.º	declarou a independência de todos os membros do órgão de administração e que os mesmos se abstêm de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	x		n.a.

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO 2022

CAPÍTULO II do RJSERAM – Práticas de bom governo	sim	não	data
Artigo 50.º declarou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de comunicar as participações patrimoniais que detenham na empresa e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção Regional de Finanças	x		09-2021
Artigo 51.º providenciou no sentido de que a UT tenha condições para que toda a informação a divulgar possa constar do sítio na internet da Unidade Técnica	x		n.a.
Artigo 52.º apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSERAM (boas práticas de governação)	x		27-05-2022

II. Missão, Objetivos e Políticas

I. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como da visão e dos valores que orientam a empresa (vide artigo 41.º do RJSERAM).

MISSÃO

A EEM tem como missão fundamental a produção, transporte, distribuição e comercialização de energia na Região Autónoma da Madeira. Através do fornecimento cuidado e continuado destes serviços, a EEM tenta assegurar não só a fiabilidade do sistema elétrico regional, mas também a sua compatibilização com o meio ambiente na qual está inserida, contribuindo, deste modo, para um desenvolvimento sustentável.

VISÃO

Ser uma empresa de referência no setor da energia, em termos de qualidade do serviço público prestado, e orientar-se pelas melhores práticas internacionais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e preservação ambiental da Região Autónoma da Madeira.

VALORES

Através do fornecimento cuidado e continuado destes serviços, a EEM tenta assegurar não só a fiabilidade da rede energética regional, mas também a sua compatibilização com o meio ambiente na qual está inserida, contribuindo, deste modo, para a fundação de parâmetros conducentes ao desenvolvimento socioeconómico do arquipélago.

PRINCÍPIOS

O sentido de missão é acompanhado por uma estratégia de gestão baseada em três princípios fundamentais:

- oferecer aos clientes da EEM soluções sustentáveis e financeiramente responsáveis para as suas necessidades de energia elétrica, garantindo um nível elevado de profissionalismo e competência no seu relacionamento com a empresa;
- representar dignamente a entidade acionista, assegurando a rentabilização do valor do seu investimento;
- reforçar a relação profissional com os trabalhadores da EEM, criando condições que os permita serem edificadores e beneficiários da evolução da empresa.

PILARES DO DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

A EEM, enquanto operador público na sua área de atividade, é parte fundamental na concretização da Política Energética Regional, seguir os pilares do desenvolvimento sustentável:

Dimensão Ambiental

- Preservação e Conservação ambiental;

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO 2022

- Dinamização das Energias Renováveis;
- Promoção da Eficiência Energética;
- Minimização de consumo de matérias e de energia.

Dimensão Económico-Financeira

- Compliance;
- Maximização do aproveitamento dos recursos regionais;
- Promoção da competitividade da Região;
- Garantia da segurança e qualidade no fornecimento de energia;
- Estabelecimento de relações bilaterais.

Dimensão Social

- Ética e Transparência;
- Envolvimento com a Comunidade;
- Diversidade e Integração;
- Gestão de Riscos e Oportunidades;
- Gestão das Relações Laborais;
- Formação e Qualificação de Recursos humanos.

2. *Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida (vide artigo 36.º do RJSERAM), designadamente:*

a) *Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros;*

Orientações Estratégicas Específicas da EEM

A atividade da gestão da Empresa é focada nas suas atividades estratégicas com o objetivo de aumentar a qualidade e a competitividade do serviço prestado sem, no entanto, descuidar a obtenção de resultados económicos, e assenta nos seguintes vetores fundamentais:

• **Garantia da segurança do fornecimento de energia** - criar as condições económicas e financeiras necessárias para que a EEM possa acompanhar as solicitações que o desenvolvimento económico e social da Região exige ao sector elétrico;

- **Proteção do ambiente, diversificação das fontes de energia e maximização do aproveitamento dos recursos regionais** - promover e maximizar a utilização dos recursos endógenos na produção de energias renováveis que permitam a salvaguarda do património ambiental e promovam o desenvolvimento sustentável;
- **Melhoria da qualidade de serviço prestada aos clientes** – realizar os investimentos necessários para o aumento da fiabilidade e da monitorização da rede de transporte e distribuição de eletricidade, no sentido de reduzir os períodos de interrupção e de reposição do sistema, ou seja, mais e melhor serviço prestado aos agentes económicos e a todos os consumidores de energia elétrica;
- **Promoção da competitividade económica da Região** – cumprir com os objetivos de convergência tarifária estabelecidos pela entidade reguladora ERSE. Neste particular, salienta-se que a convergência entre as tarifas médias de eletricidade em vigor na Madeira e no Continente, foi alcançada em 2004;
- **Racionalização da estrutura funcional da EEM** – O Conselho de Administração da EEM está fortemente empenhado em dotar a EEM de uma estrutura de recursos humanos e financeiros que lhe permita encarar com otimismo os desafios futuros e cumprir, integralmente, com as suas obrigações.

A Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 75/2022 aprovou as orientações estratégicas de gestão destinadas à globalidade do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira.

Em anexo a esta Resolução ficaram definidas as orientações estratégicas destinadas às empresas públicas do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira, nas quais se enquadra a EEM.

I. Princípios de atuação das empresas públicas do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira

1 - As empresas públicas regionais que integram o setor empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM), devem:

- a) Prosseguir a sua missão e exercer a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo Regional, num quadro de racionalização empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado e respeito por elevados padrões de qualidade e segurança, sem prejuízo da sua independência em matéria de gestão;
- b) Ser socialmente responsáveis, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos.

2 - As empresas públicas regionais prestadoras de serviços de interesse económico geral devem, ainda promover o equilíbrio adequado, devidamente evidenciado nos seus instrumentos previsionais de gestão, entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes, e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental, no quadro geral das respetivas fontes de financiamento, e da sua compatibilidade com o esforço financeiro global da Região para o seu setor de atividade, tal como resulta das afetações de verbas constantes do orçamento da Região em cada exercício.

II. Orientação estratégicas

Considerando a situação atual das empresas públicas do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira, refletida nos relatórios do SERAM disponíveis no sítio na Internet da Secretaria Regional das Finanças, as empresas públicas regionais, devem, de acordo com as suas especificidades e sem prejuízo de regimes específicos que lhes sejam aplicáveis, observar as seguintes orientações:

Orientação Estratégica 1: Promoção da excelência operacional, mantendo a estratégia já encetada de reforço da solidez financeira.

- Objetivo 1 - Melhorar a performance económica das empresas públicas regionais, diminuindo o gap de rendibilidade face às empresas participadas.
- Objetivo 2 - Mudar o foco para a importância do planeamento estratégico e da gestão por resultados, definindo um quadro de ação estratégico que possibilite e aumente o contributo das empresas públicas regionais em ordem a alcançar a meta do equilíbrio e sustentabilidade do setor e de suporte aos seus planos operacionais.
- Objetivo 3 - Alterar ou melhorar o nível da gestão organizacional encontrando pontos de ancoragem organizacional capazes de garantir a sua eficácia em termos operacionais, passando do “*business as usual*” para o “*business as unusual*”.
- Objetivo 4 - Assegurar ambientes de trabalho participativos e positivos capazes de melhorar os resultados do desempenho organizacional, e estimular e valorizar a inovação, a apropriação dos saberes organizacionais.
- Objetivo 5 - Medir e avaliar os resultados da gestão (resultados obtidos versus resultados desejados), para eventuais correções de rota. Mensuração do desempenho através dos diversos indicadores que operacionalizam o modelo e que permitem a avaliação dos objetivos e metas propostas, comprovando os resultados à medida que cada ação é executada.
- Objetivo 6 - Recorrer, sempre que possível ao benchmarking, no sentido de encontrar *benchmarks* para os seus indicadores e processos de gestão, com o objetivo de serem obtidas comparações entre os seus indicadores e os de outras organizações, de modo a obter um referencial e um nível de performance, reconhecidos como padrão de excelência.
- Objetivo 7 - Garantir que se atinja a eficácia, eficiência, objetivos, metas e resultados pretendidos, assegurando desta forma a criação de valor para todos os *stakeholders* das organizações, bem como a sustentabilidade destas.

Para o cumprimento dos objetivos acima definidos, deverão proceder à definição de objetivos de natureza financeira alinhados com as melhores práticas de empresas congéneres do setor a nível europeu e aferir, através de indicadores apropriados, designadamente os previstos no quadro abaixo, o grau de cumprimento dos mesmos, mantendo a estratégia de reforço da sua solidez financeira.

Área de atuação	Indicador
Eficiência	Gastos operacionais/EBITDA. Gastos com o pessoal/EBITDA. Taxa de variação dos gastos com o pessoal. Gastos de aprovisionamento/EBITDA. Taxa de variação dos gastos com o aprovisionamento.
Comportabilidade de investimento e capacidade de endividamento.	Dívida/Capital próprio. EBITDA/Juros líquidos. Período de recuperação do investimento (<i>pay back period</i>).
Prazo médio de pagamentos a fornecedores.	Fornecedores/Compras x 365 (nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, alterado pelo Despacho n.º 9 870/2009, de 13 de abril). Evolução (dias) face ao ano anterior.
Rentabilidade e crescimento	EBITDA/Receitas. Taxa de crescimento das receitas.
Remuneração do capital investido.	Resultado líquido/Capital investido.

Orientação Estratégica 2: Assegurar a eficiência e o equilíbrio da contratualização da prestação de serviço público.

- Objetivo 1 - As empresas encarregadas da prestação de serviço público devem elaborar e apresentar à Região propostas de contratualização da prestação de serviço, associando metas quantitativas a gastos auditáveis e que reflitam um esforço de comparação permanente com as melhores práticas do mercado.
- Objetivo 2 - Os contratos devem ser equilibrados e estabelecer direitos e obrigações recíprocas entre a Região e a empresa pública, bem como as correspondentes penalizações em caso de incumprimento.

Orientação Estratégica 3: Fomentar uma política de melhoria da qualidade do serviço.

- Objetivo 1 - Promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado.
- Objetivo 2 - Adotar metodologias de medição dos resultados através do grau de satisfação dos clientes/utentes.

Orientação Estratégica 4: Promover uma política de gestão orientada para as pessoas.

- Objetivo 1 - Conceber e implementar políticas de gestão de pessoas orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo à formação, a fim de captar o conhecimento dos colaboradores e envolvê-los no processo de tomada de decisão, aumentando a sua produtividade, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a dimensão e a situação económica e financeira da empresa.
- Objetivo 2 - Conceber e implementar planos de igualdade entre homens e mulheres.
- Objetivo 3 - Criar mecanismos que permitam a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.

Orientação Estratégica 5: Fomentar e desenvolver uma política de inovação e qualidade.

- Objetivo - Promover e estimular as novas ideias, novos produtos, novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental.

Orientação Estratégica 6: Promover, melhorar e adotar metodologias de controlo interno que aumentem a eficácia operacional da empresa.

- Objetivo - Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à dimensão e complexidade da empresa que cubram todos os riscos relevantes assumidos, que assegurem a melhoria de tomada de decisões no sentido de atingir metas e objetivos da organização, apoiados em sistemas de informação e ferramentas de gestão (conhecer para melhor agir) e fortalecimento dos mecanismos de “*accountability*”, suscetíveis de permanente auditabilidade por parte das entidades competentes para o efeito, nomeadamente da Inspeção Regional de Finanças e o Tribunal de Contas.

b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar.

Os indicadores a que se refere a Orientação Estratégica 1, devem ser evidenciados nos instrumentos previsionais de gestão e ser objeto de avaliação trimestral que permita aferir o seu grau de cumprimento, devendo ainda do resultado dessa avaliação ser dado conhecimento pelas empresas aos membros do Governo Regional responsáveis pelos setores de atividade, até ao final do mês seguinte ao trimestre em causa. As Orientações Estratégicas 2 a 6 são objeto de avaliação periódica semestral, sendo o resultado dessa avaliação dado a conhecer aos membros do Governo Regional responsáveis pelos setores de atividade até ao final do mês seguinte ao período em causa.

O resultado da avaliação anual do cumprimento das orientações e objetivos mencionados na Orientação Estratégica 1, deve ainda ser objeto de divulgação no sítio na Internet da Secretaria Regional das Finanças e da própria empresa, sem prejuízo de divulgação nos sítios na Internet dos membros do Governo Regional responsáveis pelos respetivos setores de atividade.

As orientações definidas na Orientação Estratégica 1 constituem o referencial mínimo a que as empresas públicas estão sujeitas, podendo estas estabelecer objetivos e indicadores mais exigentes e devidamente adaptados à especificidade do seu setor de atividade.

3. *Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da empresa.*

Ver pontos acima.

4. *Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa (vide n.º 4 do artigo 39.º do RJSERAM).*

A conformidade da atuação da EEM deverá ser tida em conta na elaboração dos planos de atividade e orçamentos para 2023, bem como nos planos plurianuais para o período 2023–2025 das empresas

públicas do SERAM. Com efeito, a EEM considera que esta evidência de atuação deve ser avaliada neste contexto.

III. Estrutura de capital

1. *Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (ver alínea a) do n.º 1 do artigo 42.º do RJSERAM).*

O capital social de 20.000.000 Euros, representado por 4.000.000 ações ordinárias com o valor nominal de 5 Euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado a 31 de dezembro de 2022, sendo detido na sua totalidade pela Região Autónoma da Madeira.

2. *Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.*

Nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos, as ações da EEM só podem ser transmitidas para entes públicos, entendidos estes nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 71/88, de 24 de Maio.

3. *Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da empresa e possam conduzir a eventuais restrições.*

Não existem acordos parassociais.

IV. Participações Sociais e Obrigações detidas

1. *Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras empresas, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação nos termos do que para o efeito estabelece o Código das Sociedades Comerciais (CSC) nos seus artigos 447.º (ver alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 42.º do RJSERAM).*

No exercício de 2022, a EEM detinha participações sociais nas seguintes sociedades:

Acionistas	%	Ações / Quotas	Valor (Eur)
Emacom - Telecomunicações da Madeira Unip., Lda.	100	1	49.880
Enereem – Energias Renováveis, Lda.	92,5	2	46.139
EEM - Biotecnologia, S.A.	100	1.200.000	6.000.000
Teleféricos da Madeira, S.A.	20	10.000	50.000
Horários do Funchal, S.A.	5	178.524	892.620
Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.	0,007	7.784.178	0
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	10	5.000	50.000

Startup Madeira - More than ideas, Lda.	1,63	1	3.990
---	------	---	-------

Os membros dos órgãos sociais não são titulares de participações sociais em outras entidades.

2. *Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer empresas de natureza associativa ou fundacional (ver alínea c) do n.º1 do artigo 42.º do RJSERAM).*

Em 2022, a EEM não participou na aquisição e ou alienação de participações sociais noutras entidades.

3. *Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, quando aplicável nos termos do n.º5 do artigo 447.º do CSC.*

Nos termos do artigo 447º do CSC, os membros dos órgãos sociais não detêm a titularidade de quaisquer ações e/ou obrigações da empresa.

4. *Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a empresa.*

A EEM, enquanto fornecedor de energia elétrica da Região Autónoma da Madeira, tem relações de natureza comercial com o Governo Regional pelo fornecimento de energia elétrica, através das suas secretarias regionais, municípios e outras entidades detidas diretamente.

V. Órgãos Sociais e Comissões

A. Modelo de Governo

A empresa deve apresentar um modelo de governo societário que assegure a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização (vide n.º 1 do artigo 28.º do RJSERAM).

1. *Identificação do modelo de governo adotado*

São órgãos da sociedade, nos termos do artigo 6.º dos seus estatutos, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

Em termos de administração e supervisão, o modelo de governo é assegurado por um Conselho de Administração, e a respetiva fiscalização por um Conselho Fiscal, acompanhado de um Revisor Oficial de Contas.

O modelo de governo da EEM visa a transparência e a eficácia do funcionamento da empresa, assente numa separação clara de poderes entre os diversos órgãos sociais. Assim, o Conselho de Administração desempenha funções tais como:

- proceder à definição das políticas gerais, estabelecer a organização interna da Empresa e elaborar os regulamentos, código de conduta e as instruções que considerar necessárias de forma a assegurar a implementação adequadas de estruturas de controlo interno, gestão de risco, reporte, supervisão e contabilização;

- aprovar o plano estratégico e os planos e orçamentos, tanto anuais como plurianuais, e as suas alterações, acompanhando periodicamente a sua execução;
- preparar e submeter aos órgãos competentes os documentos de prestação de contas e a proposta de aplicação de resultados a apresentar à Assembleia Geral;
- executar e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral;
- gerir os negócios sociais e praticar todos os atos relativos ao objeto social da Empresa;
- exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pelos estatutos, e deliberar sobre quaisquer outros assuntos que não caibam na competência dos outros órgãos da Empresa.

Ao Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas competem as seguintes funções:

- fiscalizar a administração da Empresa pela observância das disposições legais e regulamentares, dos estatutos e das normas emitidas pelas autoridades de supervisão e regulação, bem como das políticas gerais, normas e práticas instituídas internamente;
- verificar a adequação e supervisionar o cumprimento das políticas, dos critérios valorimétricos e das práticas contabilísticas adotadas, regularidade dos documentos que lhes servem de suporte bem como a correta avaliação do património e resultados;
- fiscalizar a adequação do processo de preparação e divulgação da informação financeira pela Empresa, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada;
- fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- promover uma adequada articulação entre os trabalhos da auditoria interna e da revisão legal de contas;
- convocar a assembleia geral, quando o Presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- receber as comunicações de irregularidades e efetuar a análise das mesmas;
- elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, as contas e as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração;
- cumprir as demais atribuições constantes da lei ou dos estatutos da Empresa.

As disposições que regulam a composição e funcionamento do Conselho de Administração constam do Capítulo V, artigos 10.º a 15.º dos estatutos da empresa. As disposições que regem o Órgão de Fiscalização estão descritas no Capítulo VI, artigos 16.º e 18.º dos estatutos da EEM.

B. Assembleia Geral

1. *Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação dos cargos e membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e fim). Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).*

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e uma secretária, eleitos pela Assembleia Geral, de entre acionistas ou outras pessoas, por períodos de três anos, conforme previsto no artigo 8.º dos estatutos da sociedade. O mandato dos membros da mesa da Assembleia Geral é renovável, mantendo-se estes em efetividade de funções até à posse dos membros que os venham substituir.

Em 2022, os seguintes membros da Assembleia Geral desempenharam funções:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
2021-2023	Presidente	Luís Santos Costa	DUE	13 de agosto de 2021
2021-2023	Vice-Presidente	Rui Antero Fernandes Pestana	DUE	13 de agosto de 2021
2021-2023	Secretário	Maria Matilde Emídio Laranjinha Matias	DUE	13 de agosto de 2021

Legenda: Deliberação Unânime por Escrito (DUE)

2. *Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.*

Dado que a empresa tem um acionista único, todas as decisões são tomadas por unanimidade.

C. Administração e Supervisão

1. *Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão.*

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração é eleito em Assembleia Geral para mandatos trienais e renováveis.

As vagas ou impedimentos que ocorram no Conselho de Administração serão preenchidas por cooptação até que, em Assembleia Geral, se proceda à competente eleição.

2. *Indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão.*

O Conselho de Administração da EEM integra três ou cinco membros, de acordo com os respetivos Estatutos.

3. Caracterização da composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

Nos termos do artigo 10.º dos Estatutos da Sociedade, a administração é exercida por um Conselho de Administração, composto por um número de membros fixado pela Assembleia Geral que os elege, que deve situar-se entre um mínimo de três e um máximo de cinco membros.

Compete à Assembleia Geral eleger de entre os membros do Conselho de Administração o respetivo presidente e vice-presidente, dispondo o presidente de voto de qualidade.

A composição do Conselho de Administração não sofreu alterações durante o ano de 2022. Na tabela seguinte são apresentados todos os membros que fizeram parte do Conselho de Administração, no decorrer do ano:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
2021-2023	Presidente	Francisco António Caldas Taboada	DUE	13 agosto 2021
2021-2023	Vice- Presidente	João Pedro Barreto Sousa	DUE	13 agosto 2021
2021-2023	Vogal	Ana Cristina Dantas Andrade	DUE	13 agosto 2021

Legenda: Deliberação Unânime por Escrito (DUE)

Nos termos do n.º 3 do artigo 23.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2010/M, de 5 de agosto, que estabelece o Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 2/2011/M, de 10 de janeiro, 31/2013/M, de 26 de dezembro e Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M de 30 de junho de 2021, e em cumprimento do disposto no n.º 17 da Resolução n.º 392/2015, de 27, de maio e , determina-se que a remuneração dos gestores públicos é fixada: a) por resolução do Conselho do Governo Regional, no caso das entidades públicas empresariais; ou b) por deliberação em assembleia geral, no caso das empresas públicas constituídas nos termos da lei comercial.

Com efeito, os membros do Conselho de Administração da EEM mantiveram em termos de remuneração os valores que recebiam previamente às suas nomeações.

4. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão (ver artigo 30.º do RJSERAM).

Não existem membros não executivos no Conselho de Administração da EEM.

5. *Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.*

Apresenta-se seguidamente o resumo dos elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração:

Presidente Executivo – Francisco António Caldas Taboada

Habilitações Académicas

- Licenciado em Engenharia Eletrotécnica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
- Professor Assistente no Curso de Gestão de Empresas da Universidade Católica Portuguesa

Atividade profissional

- Técnico do Gabinete de Estudos e Planeamento da EEM- Empresa de Electricidade da Madeira EP;
- Administrador da EEM- Empresa de Electricidade da Madeira S.A;
- Assessor do Conselho de Administração da EEM- Empresa de Electricidade da Madeira S.A;
- Membro da Direção do CITMA - Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira;
- Membro da Direção da DTIM - Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira;
- Presidente do Conselho de Administração da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A;
- Presidente do Conselho de Administração da RAMEDM - Estradas da Madeira S.A;
- Diretor Regional de Estradas;

Em agosto de 2021 foi eleito Presidente do Conselho de Administração da Empresa da Electricidade da Madeira, exercendo também atualmente as seguintes funções:

- Administrador da EEM – Biotecnologia S.A. em representação da EEM;
- Gerente da EMACOM – Telecomunicações da Madeira Unipessoal, Lda., em representação da EEM;
- Gerente da Enereem – Energias Renováveis, Lda., em representação da EEM;
- Gerente da AREAM – Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira em representação da EEM;
- Administrador da Teleféricos da Madeira, S.A. em representação da EEM.

- Presidente da Assembleia Geral da Sociedade de desenvolvimento do Porto Santo, S.A.

Vice-presidente Executivo - João Pedro Barreto SousaHabilitações Académicas

- Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa;
- Curso Avançado de Gestão para Executivos pela Escola de Pós-Graduação da Católica Lisbon School of Business & Economics

Atividade profissional

- Em 1989 ingressou na KPMG Portugal, em Lisboa, tendo a sua atividade sido focada no sector financeiro, bem como na coordenação de diversos trabalhos de auditoria em empresas dos sectores industrial, serviços e comercial. Realizou ainda trabalhos específicos de consultoria, estudos de viabilidade, projeções financeiras, avaliações e projetos de fusões e aquisições.
- Em 1996 ingressou no Grupo Eletricidade da Madeira na qualidade de consultor tendo, posteriormente, assumido responsabilidades de direção/coordenação da área administrativa e financeira, tendo também exercido as funções de diretor executivo da EMACOM - Telecomunicações da Madeira Unipessoal, Lda.
- Desde 2015 que é Vice-Presidente da EEM- Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., e Gerente das participadas, EMACOM - Telecomunicações da Madeira Unipessoal, Lda., ENEREEM – Energias Renováveis, Lda. e Administrador da EEM – Biotecnologia, S.A., Presidente da Assembleia Geral da Teleféricos da Madeira, S.A., Administrador da CLCM Centro Logístico de Combustíveis da Madeira, S.A., exercendo ainda funções de Presidente do Conselho Fiscal da Casa do Povo de Santa Cruz, Sporting Clube Santacruzense, e Automóvel Clube do Concelho de Santa Cruz.
- No âmbito da sua atividade integrou órgãos sociais de diversas Empresas e Instituições, dentro das quais se destacam as de Membro do Conselho Consultivo da ERSE, Presidente do Conselho Fiscal da Deutsche Bank Crédito, S.A., Vogal do Conselho Fiscal da Deutsche Bank Corretora, S.A., e do Conselho Fiscal da Woodchester, S.A..
- Foi ainda, Deputado Municipal e Presidente da Mesa da Assembleia Municipal do Concelho de Santa Cruz, Membro do Conselho Diretivo da Associação de Municípios - Iluminação Pública da Madeira, Presidente da Assembleia Geral da CLCM – Centro Logístico de Combustíveis da Madeira,

S.A., Presidente da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal da Associação Regional de Judo, Presidente do Conselho Fiscal do Iate Clube de Santa Cruz, tendo também feito parte da Direção da Associação Regional de Vela da Madeira.

- Em agosto de 2021 foi reeleito Vice-Presidente do Conselho de Administração da EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.

- Administrador da EEM - Biotecnologia S.A. em representação da EEM;

- Gerente da EMACOM - Telecomunicações da Madeira Unipessoal, Lda em representação da EEM;

- Gerente da ENEREEM - Energias Renováveis, Lda em representação da EEM;

- Administrador da CLCM Centro Logístico de Combustíveis da Madeira, S.A. em representação da EEM;

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Teleféricos da Madeira, S.A. em representação da EEM.

Vogal Executivo – Ana Cristina Dantas Andrade

Habilitações Académicas

- Licenciada em Direito, pela Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa

- Inscrita na Ordem dos Advogados desde 1989

- Curso Avançado de Gestão para Executivos pela Escola de Pós-Graduação da Católica *Lisbon School of Business & Economics*

Atividade profissional

- Em 1989 iniciou a sua atividade na Empresa de Electricidade da Madeira, E.P. como Consultora Jurídica;

- Em 1992 foi nomeada Chefe de Gabinete do Conselho de Gerência da Empresa de Electricidade da Madeira, E.P.;

- Em maio de 1995 foi nomeada Diretora do Trabalho e Serviços Jurídicos.

Em agosto de 2021, foi eleita Vogal do Conselho de Administração da EEM- Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., onde desempenha os seguintes cargos:

-Administradora da EEM – Biotecnologia S.A. em representação da EEM;

-Gerente da EMACOM – Telecomunicações da Madeira Unipessoal, Lda., em representação da EEM;

-Gerente da ENEREEM – Energias Renováveis, Lda., em representação da EEM;

-Secretária da Mesa da Assembleia Geral da Teleféricos da Madeira, S.A. em representação da EEM..

6. Evidências da apresentação das declarações de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Regional de Finanças (IRF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (ver artigo 50º do RJSERAM).

Os membros do órgão de administração da sociedade, atualmente em exercício de funções, não detêm quaisquer participações patrimoniais na empresa, nem quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse. Nos termos do Artigo 447º do CSC, os membros dos Órgãos Sociais não detêm a titularidade de quaisquer ações e/ou obrigações da empresa.

7. Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas.

Nenhum dos membros do Conselho de Administração detém relações familiares ou comerciais com o acionista.

8. Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da empresa, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da empresa.

As competências do Conselho de Administração residem na administração quotidiana e na supervisão da entidade, sem que tenham pelouros de competências definidos.

Ao nível das principais direções e departamentos da empresa, as delegações de competências encontram-se estruturadas conforme disposto no seguinte organograma:



RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO 2022

9. *Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo indicando designadamente:*

a) *Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas*

O Conselho de Administração deve fixar as datas ou a periodicidade das suas reuniões ordinárias, que deverá ser no mínimo mensal, e reúne-se extraordinariamente sempre que seja convocado pelo respetivo presidente, o qual procederá à convocação por sua iniciativa ou a requerimento de outro administrador ou do conselho fiscal.

Em 2022 realizaram-se 69 (sessenta e nove) reuniões do Conselho de Administração:

Gestor	Nº Reuniões CA nas quais esteve ausente	Justificada (Sim/Não)	Grau de assiduidade CA
Francisco António Caldas Taboada	21	Sim	48/69
João Pedro Barreto Sousa	1	Sim	68/69
Ana Cristina Dantas Andrade	20	Sim.	49/69

b) *Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.*

Apresenta-se seguidamente o quadro com os cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo:

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Francisco António Caldas Taboada	Sociedade de desenvolvimento do Porto Santo, S.A.	Presidente da Assembleia Geral	Público
	Teleféricos da Madeira S.A.	Administrador	Privado
	EEM Biotecnologia, S.A.	Administrador	Público
	Emacom Telecomunicações da Madeira, Unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	Enereem– Energias Renováveis, Lda.	Gerente	Público
João Pedro Barreto Sousa	CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. (Zona Franca da Madeira)	Vogal do Conselho de Administração	Privado
	Teleféricos da Madeira S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	Privado

	EEM Biotecnologia, S.A.	Administrador	Público
	Emacom Telecomunicações da Madeira, Unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	Enereem– Energias Renováveis, Lda.	Gerente	Público
Ana Cristina Dantas Andrade	Teleféricos da Madeira S.A.	Secretária da Mesa da Assembleia Geral	Privado
	EEM Biotecnologia, S.A.	Administradora	Público
	Emacom Telecomunicações da Madeira, Unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	Enereem– Energias Renováveis, Lda.	Gerente	Público

c) Órgãos da empresa competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos;

O Administrador é avaliado, anualmente, pelos acionistas, em sede de Assembleia Geral, através da avaliação dos objetivos anuais de gestão definidos para o respetivo mandato.

d) Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Não existem outras comissões no seio dos órgãos de administração ou supervisão.

D. Fiscalização

1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado: Fiscal Único, Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou Comissão para as Matérias Financeiras

Em Assembleia Geral de acionistas de 13 de agosto de 2021, foi nomeado o Conselho Fiscal para órgão de fiscalização da sociedade, para o mandato 2021-2023.

2. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, identificando os membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

Durante o ano de 2022, o Conselho Fiscal teve a seguinte composição:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
2021-2023	Presidente	Rui Miguel Correia Domingos	AG	13 de agosto de

				2021
2021-2023	Vogal	Joaquim José Lontro Martins	AG	13 de agosto de 2021
2021-2023	Vogal	Lisete Sofia Pinto Cardoso	AG	13 de agosto de 2021
2021-2023	Membro suplente	Rita Isabel Guedes da Silva Franco	AG	13 de agosto de 2021
2021-2023	Membro Suplente	Joaquim Miguel Saragoça Nunes Correia	AG	13 de agosto de 2021

Legenda: Assembleia Geral (AG)

3. *Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Órgão de Fiscalização.*

IV - Elementos Curriculares dos Membros do Conselho Fiscal:

Presidente - Rui Miguel Correia Domingos

Habilitações Académicas:

1991 - 1996 - Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão

Experiência Profissional:

Outubro 2018

MBI da Centrum Fomento Técnico Industrial, Lda - aquisição de 85% da Empresa assumindo as funções de Executive Chairman.

Outubro 2011 - Outubro 2018

MBI da QLS Automotive, Lda - em conjunto com um grupo de investidores, Rui Domingos realizou o MBI da QLS Automotive, Lda empresa que atua na área de revisão e controlo de qualidade de peças e produtos para a indústria automóvel. Rui Domingos assumiu a gestão da Empresa, tendo realizado uma reestruturação completa dos mesmos.

2004 - Setembro 2011

Olmea International - Private Equity Director Geral - Um dos responsáveis pela deteção e análise de oportunidades de investimento no segmento de Private Equity da Olmea International. Banco Espírito Santo de Investimento Corporate Finance Director - Responsável pela execução de transações de fusões e aquisições nos segmentos de TMT (telecomunicações, media e tecnologia) e químico.

Mai 2000 - Janeiro 2001

PT Prime Business Development - Responsável de Departamento

Julho 1999 - Maio 2000

Banco Chemical Finance Corporate Finance - Analista Senior

Setembro 1996 - Julho 1999

Deutsche Morgan Grenfell / Deutsche Bank Corporate Finance - Analista. Trabalhou na equipa de Corporate Finance do Deutsche MorganGrenfell/Deutsche Bank em Londres (equipa de telecomunicações global do banco) e em Lisboa.

Membro Efetivo: Lisete Sofia Pinto Cardoso

Experiência profissional

- Sócia-gerente na TravelTailors Portugal, agência especializada em viagens à medida, fundada em março de 2010.
- Vogal do Conselho Fiscal da Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. desde novembro de 2017.
- Presidente do Conselho Fiscal da sociedade Faber Capital, SCR, S.A. desde maio de 2019.
- Presidente do Conselho Fiscal da sociedade Makro – Cash & Carry Portugal, S.A. desde junho de 2019.
- Presidente do Conselho Fiscal da sociedade Generis Farmacêutica, S.A. desde janeiro de 2021.
- Revisor Oficial de Contas desde março de 2005 (nº1187).
- Presidente do Conselho Fiscal da sociedade Atena Equity Partners – Sociedade de Capital de Risco, S.A. entre dezembro de 2016 e Março de 2022.
- Presidente do Conselho Fiscal da sociedade Vialitoral – Concessões Rodoviárias da Madeira. S.A. no mandato 2018/2019.
- De auditor assistente a Audit Senior Manager na Deloitte (e Arthur Andersen), de setembro de 1998 a março de 2010.

Educação e formação

- Setembro de 1993 – Fevereiro de 1998: Licenciatura em Economia pela Universidade de Coimbra
- Setembro de 1996 – Junho de 1997: Programa Erasmus, na Universidade de Glasgow
- Janeiro – março 2002: Curso de Corporate Finance – Universidade de Coimbra

Participação em diversas acções de formação promovidas pela Deloitte e pela OROC, em matérias como Fiscalidade, Auditoria, Normativos contabilísticos, entre outros. Participação em acções de formação internacionais em matérias de IFRS, US GAAP, SOX, Leadership, Management skills, entre outras.

Membro Efetivo: Joaquim José Lontro Martins

Experiência profissional

- Administrador na Lonely Hill SA desde 2018.
- Vogal do Conselho Fiscal da Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. desde novembro de 2017.
- Partner na Deloitte entre setembro de 2002 e julho de 2014.
- Revisor Oficial de Contas desde abril de 1993 (nº 854).
- De Manager a Local Partner na Arthur Andersen entre janeiro de 1991 e agosto de 2002.
- Chefe de Serviços de Contabilidade e Tesouraria na Instituto Pasteur de Lisboa, SA (Wyeth Laboratories) de Julho de 1984 a Dezembro de 1990.
- Auditor assistente a Auditor Senior na Arthur Andersen, de janeiro de 1982 a junho de 1984.
- Contabilista na Irmãos Louro Lda entre fevereiro de 1979 e agosto de 1980.

Educação e formação

- Bacharelato em Contabilidade e Administração, em 1979, pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra
- Pós-Graduação em Gestão Estratégica, em 2000, pela Universidade Católica de Lisboa.

Participação em diversas ações de formação promovidas pela Deloitte, pela OTOC e pela OROC, em matérias como Fiscalidade, Auditoria, Normativos contabilísticos, entre outros. Participação em ações de formação internacionais em matérias de IFRS, Leadership, Management skills, Outsourcing management entre outras.

4. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo;

A empresa dispõe da Pricewaterhousecoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda como auditor externo.

5. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Os órgãos de fiscalização não detêm outras funções adicionais. Não existe Comissão para as Matérias Financeiras.

6. Indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras.

A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas, conforme for decidido, nos termos da lei pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal é composto por um presidente e dois vogais efetivos, e dois suplentes, todos eleitos em Assembleia Geral, por períodos de três anos, podendo ser reeleito por uma ou mais vezes.

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO 2022

7. *Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC.*

Os membros do Conselho Fiscal são considerados independentes, visto não estarem associados a qualquer grupo de interesse específico na Sociedade, nem serem titulares ou atuarem por nome ou conta de titulares de participações na empresa.

8. *Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável:*

Conforme o artigo 422º do CSC, o Conselho Fiscal tem o dever de:

- assistir às assembleias gerais e às reuniões da administração para que o presidente da mesma os convoque ou em que se apreciem as contas do exercício;
- exercer uma fiscalização conscienciosa e imparcial;
- guardar segredo dos factos e informações de que tiverem conhecimento em razão das suas funções;
- dar conhecimento à administração das verificações, fiscalizações e diligências que tenham feito e do resultado das mesmas;
- informar, na primeira assembleia que se realize, de todas as irregularidades e inexatidões por eles verificadas e bem assim se obtiveram os esclarecimentos de que necessitam para o desempenho das suas funções;
- registar por escrito todas as verificações, fiscalizações, denúncias recebidas e diligências que tenham sido efetuadas e o resultado das mesmas.

a) *Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro, apresentados segundo o formato seguinte:*

N.º Reuniões	Local de realização	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do Órgão de Fiscalização
8	Lisboa (presencial e por via remota)	Todos os efetivos	Não se verificaram ausências

b) *Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício;*

Membro do Órgão de Fiscalização	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime

Rui Miguel Correia Domingos	Unforgettable Talent, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Privado
	Masaveu Bodegas SL.	Administrador	Privado
	Masaveu Imobiliária S.A.	Administrador	Privado
	Egeo – SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Privado
	Egeo Pressão, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Privado
	Egeo Internacional - SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Privado
	Centrum - Fomento Técnico-Industrial, Lda	Vogal do Conselho de Administração	Privado
	Termiso - Isolamentos e Instalações Especiais, Lda	Gerente	Privado
	Shortcut2Success, Lda	Gerente	Privado
	ECT, Business Opportunity - Compra e Venda de Viaturas, Lda	Gerente	Privado
	Unbreakable Success, Lda	Gerente	Privado
	Luso - Astur de Electricidad, Lda	Gerente	Privado
	Pinguins Activos, Lda	Gerente	Privado
Joaquim José Lontro Martins	Lonely Hill, S.A.	Administrador único	Privado
Lisete Sofia Pinto Cardoso	Makro - Cash & Carry Portugal, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	Privado
	Generis - Farmacêutica, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	Privado
	Faber Capital, SCR, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	Privado
	Traveltailors Portugal - Turismo Activo, Lda	Sócio-Gerente	Privado
	Joaquim Gonçalves & Associada, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda	Sócio	Privado

E. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. Identificação, membros efetivo e suplente, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), do ROC e respetivos números de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), caso aplicável, e dos sócios ROC que a representam e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da empresa e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

Através de proposta do Conselho Fiscal da sociedade, a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, foi nomeada como Revisor Oficial de Contas, por deliberação da Assembleia Geral de 13 de agosto de 2021. Assim, o Revisor Oficial de Contas da EEM para o mandato 2021-2023 é:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma	Data	Contratada		
2021-2023	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda, representada por José Alves Bizarro Duarte	1957	20200003	AG	13 de agosto de 2021	Sim	1	1.º ano de exercício
2021-2023	ROC Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	13 de agosto de 2021	Sim	1	1.º ano de exercício

Legenda: Assembleia Geral (AG)

2. Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à empresa.

Nos termos da legislação em vigor, designadamente no artigo 54.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, que aprova o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e alterado pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro, nas entidades de interesse público, o período máximo de exercício de funções de revisão legal das contas pelo sócio responsável pela orientação ou execução direta da revisão legal das contas é de sete anos, a contar da sua primeira designação.

Os procedimentos e critérios aplicáveis para a definição de uma política de rotatividade do Revisor Oficial de Contas têm subjacente a limitação máxima do período legal, assim como a indicação por parte do Conselho Fiscal, ao acionista, da proposta de indicação do Revisor Oficial de Contas.

Estando a empresa inserida num grupo económico, o procedimento instituído passa por:

- consulta pública a vários interessados, mediante apresentação de convite para apresentação de proposta;
- submissão do Revisor Oficial de Contas, e/ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, ao Conselho Fiscal da empresa, para avaliação;

- indicação por parte do Conselho Fiscal da proposta de nomeação dos Revisor Oficial de Contas, e/ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, à Assembleia Geral;
- nomeação pela Assembleia Geral do Revisor Oficial de Conta, e/ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, para o respetivo mandato.

3. *Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da empresa/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta empresa, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo os formatos seguintes:*

Por proposta do Conselho Fiscal da EEM, a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., foi nomeada como Revisor Oficial de Contas, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas ocorrida em 18 de agosto de 2021, para assumir essas funções, tendo sido deliberado que fosse atribuída uma remuneração a acordar entre as partes.

O valor acordado a atribuir no exercício de 2022 resultou numa remuneração anual de 73.320 euros, inferior assim ao limite estabelecido.

Nome	Remuneração Anual 2022 (€) Bruta
PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda.	73.320
	73.320

A referida entidade presta os referidos serviços desde 2021 até à presente data.

4. *Descrição de outros serviços prestados pela SROC à empresa e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável.*

A PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda., assim como o ROC que a representa, prestaram os serviços de garantia razoável de fiabilidade sobre as contas reguladas de 2022.

VI. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

1. *Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da empresa.*

Em representação do Acionista Único cabe à Assembleia Geral deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos.

2. *Caraterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na empresa.*

A EEM dispõe de ferramentas de prevenção, implementação e controlo que visam assegurar a atuação de acordo com os seus princípios e valores, destacando-se o Código de Ética e Conduta, Sistema de Gestão Ambiental e os Planos de Prevenção de Risco, nomeadamente o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

A violação das regras descritas no Código de Ética e Conduta da sociedade constituem uma infração disciplinar, podendo em certos casos dar lugar a sanções de carácter disciplinar ou mesmo civil e/ ou criminal.

Plano de Prevenção de Risco Corrupção e Infrações Conexas da EEM, o qual se encontra publicado no sítio da empresa, na internet, e disponível a todos os colaboradores, são descritos como meios de comunicação de eventuais irregularidades ocorridas na sociedade, os já referidos no âmbito do Código de Ética e Conduta.

A EEM adotou o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), a política de proteção de dados pessoais, de conhecimento de todos os trabalhadores e trabalhadoras, bem como dos clientes e fornecedores, encontrando-se publicitada para consulta no sítio da empresa, endereço https://www.eem.pt/media/561796/regulamento-2016_679.pdf

A EEM está empenhada em respeitar a privacidade e confidencialidade dos dados dos seus colaboradores e apenas recolherá ou reterá informação pessoal necessária ao seu funcionamento, ou se for exigido por lei, dando cumprimento à legislação de proteção de dados em vigor a cada momento.

No que toca à relação de negócio, a EEM adota procedimentos próprios para garantir a total proteção dos dados pessoais dos seus clientes, não permitindo a transferência de dados pessoais sem o consentimento dos clientes, salvo quando esse consentimento não seja legalmente exigido ou a transmissão dos mesmos decorram do cumprimento de lei aplicável.

Para o exercício de qualquer tipo de direitos de proteção de dados e de privacidade ou para qualquer assunto referente aos temas da proteção de dados, privacidade e segurança da informação, os utilizadores e os clientes da EEM podem entrar em contacto com o Gabinete de Proteção de Dados através do correio eletrónico protecaodedados@eem.pt, descrevendo o assunto do pedido e indicando um endereço de correio eletrónico, um endereço de contacto telefónico ou um endereço de correspondência para resposta. A EEM tem nomeado um Encarregado de Proteção de Dados externo que acompanha a Empresa nas melhores práticas e na revisão de procedimentos internos.

3. Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional.

Para fazer face à lei n.º54/2008 de 4 de setembro e dando cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009, EEM elaborou e apresentou o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas com referência a novembro de 2013, tendo a última revisão ocorrido em junho de 2020. Este plano tem como objetivo a identificação das principais áreas que, potencialmente, poderão ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais

riscos daí decorrentes, os controlos instituídos pela Empresa visando a sua mitigação, probabilidade de ocorrência e a definição dos responsáveis pela implementação e gestão do plano.

Por forma a dar cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 7 de novembro de 2012, a EEM adota os procedimentos necessários para evitar que um Colaborador participe ou intervenha em operações onde constitua direta ou indiretamente parte interessada. Qualquer atividade que possa ser incompatível com as funções do Colaborador em nome da EEM, ou mesmo gerar um possível conflito de interesses, é totalmente proibida e o Colaborador deve abster-se de imediato de prestar tal serviço. Adicionalmente, qualquer situação da qual possa advir um benefício proveniente de um interesse direto ou indireto para o Colaborador deve ser imediatamente comunicado à Direção do Trabalho e Serviços Jurídicos e, em casos extremos, ao Órgão de Administração. A EEM prepara anualmente o Relatório de Execução onde efetua a exposição da implementação da recomendação do CPC, assim como, a implementação de medidas que visam mitigar o risco de corrupção e infrações conexas.

B. Controlo interno e gestão de riscos

1. Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a empresa).

A Direção de Auditoria Interna, formalmente criada em 2019, procura garantir uma supervisão permanente do sistema de controlo interno implementado, contribuindo para a melhoria dos processos de gestão de risco e análise regular da documentação com informação de gestão.

De forma a assegurar o fornecimento de informação fiável ao órgão responsável relativamente às atividades exercidas e a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas. A Direção de Auditoria Interna tendo iniciado os seus trabalhos em 2019, um dos trabalhos nos quais concluíram foi o Relatório de Execução – Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2018. Adicionalmente também foi realizado o PPR - Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, em dezembro de 2022, tendo sido publicado eem.pt., sendo de referir que este plano é revisto de 3 em 3 anos.

Ao longo de 2022, a Auditoria Interna continua a dar principal relevância ao sistema de controlo interno da empresa, tendo inclusivamente desenvolvido procedimentos extensivos nas áreas de vendas e recursos humanos, como (i) indagação dos elementos-chave das áreas, (ii) levantamento de processos *end-to-end* e compreensão dos riscos de negócio associados, (iii) identificação dos controlos existentes e/ou a implementar, (iv) testes de desenho e eficácia para os controlos relevantes e (v) elaboração de um plano de ações e melhorias a efetuar. Anualmente é revisto o plano de auditoria, e avaliadas as prioridades estratégicas da EEM a seguir. De realçar que na avaliação de riscos para definição das prioridades são envolvidos vários departamentos, de forma a que a intervenção e a abordagem da auditoria interna cubra o risco de negócio.

O sistema de controlo interno referido resulta da aplicação de um modelo internacional, criado pela *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, que em 2013, definiu que o

“controlo Interno é um processo efetuado pelo Conselho de Administração, gestão e outro pessoal de uma entidade, projetado para fornecer garantia razoável em relação ao alcance de objetivos relacionados a operações, relatórios e conformidade

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir representados ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade) e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Avaliação de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



Ambiente de Controlo

Reflete a importância do controlo interno e estabelece a disciplina e estrutura dos restantes elementos do sistema de controlo interno. É o conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do controlo interno na empresa. Define o espírito da organização, influenciando a consciência que os trabalhadores e trabalhadoras têm para o risco.

É a base de todas as restantes componentes do sistema de controlo interno.

Avaliação de Risco

Destina-se a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela instituição, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

Atividades de Controlo

As atividades de controlo são desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos e são consideradas ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

Podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

Informação e comunicação

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de controlo interno em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do controlo interno.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do controlo interno e a sua importância para a concretização dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores e trabalhadoras recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser cumpridas. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

Monitorização de Atividades

É executada com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio sistema de controlo interno ao longo do tempo, para que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, estão presentes e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

No âmbito da primeira fase do projeto, em 2018 foram mapeadas 5 áreas de relevância: Contratação de Empreitadas, Faturação de Energia, Gestão de Recursos Humanos, Bancos e Sistemas Informáticos, foram identificados os eventos de riscos (62) e os controlos implementados na sua mitigação.

A existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do sistema de controlo interno encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo EEM, também definido de acordo com a metodologia COSO - 2013, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



2. *Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.*

A auditoria interna e controlo de risco é da responsabilidade da Direção de Auditoria Interna da EEM, conforme consta do organograma supramencionado, que tem por missão, a identificação dos riscos inerentes aos negócios do grupo, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade, para avaliar os resultados e de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária.

3. *Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da empresa, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas.*

O Grupo EEM e as suas empresas não dispõem de um “Plano Estratégico e de política de risco”. Não obstante existe um Modelo de Gestão do Risco, formalmente aprovado, e sustentado numa

metodologia que permite efetuar a gestão do risco empresarial, através da avaliação dos riscos na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto previsível, considerando os respetivos riscos inerente e residual.

Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:

Grau de Risco		Probabilidade de Ocorrência		
		Baixa	Média	Alta
Impacto Previsível	Alto	Moderado	Elevado	Elevado
	Médio	Fraco	Moderado	Elevado
	Baixo	Fraco	Fraco	Moderado

De acordo com a metodologia implementada, concluída a avaliação do risco efetuada pela empresa, o Conselho de Administração avalia a necessidade de identificar e/ou implementar ações corretivas, que devem ser monitorizadas periodicamente, de forma a acompanhar a sua implementação, o impacto na mitigação dos riscos identificados e aferir o respetivo nível de controlo.

Identificam-se de seguida algumas das medidas previstas aquando do tratamento dos riscos identificados:

- emissão de Normas e Regulamentos onde são estabelecidos os Procedimentos e os Circuitos que devem ser observados no desenvolvimento das várias atividades;
- edição e atualização de manuais operativos de apoio à utilização das aplicações dos sistemas informáticos;
- política de seleção que visa o recrutamento de novos trabalhadores de confiança e com competências adequadas às funções que irão desempenhar;
- delimitação clara de linhas de autoridade, reporte e responsabilidades inerentes aos diversos níveis de decisão, de execução e de controlo;
- existência de uma adequada segregação de funções em cada uma das atividades exercidas pela Empresa;
- implementação de controlos automatizados ao nível da segurança lógica, dos controlos próprios das aplicações informáticas;
- planos de férias para os funcionários, de rotação de pessoal e de funções adequados, visando a redução do risco de fraude por essa via;
- procedimentos que visam assegurar a confidencialidade da documentação de acordo com o previsto legalmente;
- elaboração de orçamentos e de outra informação útil que permita o acompanhamento da atividade desenvolvida;
- estratificação dos níveis de autorização, nomeadamente nas consultas e aprovações de aquisições de materiais e/ou bens e serviços a realizar pela EEM;
- conferência da documentação base que serve de suporte à realização de uma determinada operação, a qual se encontra previamente estabelecida;

- os métodos de arquivo definidos estão uniformizados e são difundidos pelos diversos utilizadores de forma a garantir uma adequada custódia dos mesmos;
- implementação de controlos físicos tais como a existência de chaves, combinações de acesso e a realização de inventários e controlos diretos dos responsáveis.

4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da empresa.

A Direção de Auditoria Interna, enquanto elemento supervisor no processo de avaliação de risco e da eficácia dos sistemas de controlo interno da empresa, reporta diretamente ao Conselho de Administração da EEM, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

Para além dos controlos preventivos implementados e dos controlos exercidos online, a Auditoria e Controlo Interno, a Administração e as Direções realizam, controlos adicionais:

- proceder à análise das avaliações efetuadas ao sistema de controlo interno;
- a estrutura organizativa e de decisão existente na EEM visa garantir que o funcionamento do sistema de controlo interno implementado seja eficaz e eficiente na verificação da realização dos objetivos e das orientações estratégicas estabelecidas.
- a contabilidade é o principal garante da fiabilidade da informação financeira produzida sobre a atividade desenvolvida, tutelando e controlando todos os aspetos contabilísticos da EEM.
- efetuar o acompanhamento orçamental das atividades desenvolvidas com base na informação disponibilizada pela Direção Financeira/Contabilidade;
- proceder à análise sistemática e global dos resultados das atividades desenvolvidas, à tomada de decisões e ao acompanhamento da implementação das soluções adotadas.

5. Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

A abordagem dos riscos é assegurada pelas estruturas existentes de acompanhamento e controlo da atividade na empresa, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

O Conselho de Administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

Para além da Direção de Auditoria Interna, as restantes áreas funcionais da empresa desenvolvem competências no controlo de risco, designadamente as direções dos diferentes departamentos da empresa.

6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a empresa se expõe no exercício da atividade.

Em 2022, o processo realizado de avaliação anual da gestão dos riscos empresariais para a EEM englobou a análise de 34 riscos, estando o seu tratamento alinhado com a definição dos Planos de Tratamento dos Riscos envolvidos.

Após identificados e caracterizados, por unidade orgânica, os potenciais riscos de corrupção e de infrações conexas, foram classificados segundo uma escala de risco quanto ao impacto previsível (Alto, Médio e Baixo) e em função da probabilidade de ocorrência (Alta, Média ou Baixa).

Estas duas variáveis, probabilidade de ocorrência e impacto estimado das infrações, são determinadas conforme a aferição que é feita de cada facto:

Probabilidade de ocorrência

Alta - o risco decorre de processos correntes e frequentes na Empresa;

Média - o risco está associado a procedimentos esporádicos, que se admite venham a ocorrer ao longo do ano;

Baixa - o risco decorre de processos que apenas ocorrerão em circunstâncias excecionais.

Impacto previsível

Alto - da situação de risco identificada podem decorrer prejuízos financeiros significativos para a Empresa e a violação grave dos princípios associados ao interesse público, lesando a credibilidade da EEM e do próprio acionista único.

Médio - a situação de risco pode comportar prejuízos financeiros para a EEM e perturbar o seu normal funcionamento;

Baixo - a situação de risco em causa não tem potencial para provocar prejuízos financeiros à Empresa, não sendo as infrações suscetíveis de ser praticadas, causadoras de danos relevantes na imagem e na operacionalidade da EEM.

Assim, do processo de avaliação dos 34 riscos infra mencionados:

- 1 risco residual foi classificado como elevado;
- 18 riscos residuais foram classificados como moderados;
- 15 riscos residuais foram classificados como fracos.

Contratação de Empreitadas

Risco Identificado	Probabilidade de Ocorrência*	Impacto Previsível*	Mecanismos de Controlo Interno
Incumprimento dos procedimentos previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP) nos casos aplicáveis.	Médio	Médio	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento pela Direção de Serviços Jurídicos da EEM dos procedimentos e documentos concursais; - Utilização da Plataforma Electrónica de Contratação BIZGOV (fornecida pela Saphety e certificada pelo Centro de Gestão de Rede Informática do Governo), no âmbito dos Concursos de Contratação Pública; - Elaboração de Relatórios Preliminares e Finais de análise das propostas para deliberação do Conselho de Administração; - Existência de um procedimento formal para o processo de empreitadas que necessita de ser cumprido (aprovação do investimento a efectuar, consulta ao mercado, apreciação e escolha do fornecedor, aprovação da adjudicação pela Administração). Os procedimentos definidos asseguram a segregação de funções ao longo do processo (pedido, avaliação das propostas pelo Júri do procedimento, aprovação da adjudicação, recepção, contabilização e liquidação).
Realização de trabalhos a mais sem justificação ou sem validação dos pressupostos legais aplicáveis.	Médio	Médio	<ul style="list-style-type: none"> -Elaboração anual do Plano de Investimentos que é apresentado ao Conselho de Administração e reportado e validado pela ERSE que inclui uma descrição dos projectos em curso e o planeamento do investimento a efectuar nos anos seguintes; - Aprovação de todas as ordens de investimento por parte da Administração. O lançamento de Concurso Público para contratação de empreitadas é aprovado pelo Conselho de Administração; - Avaliação ambiental, técnica, social, económica e financeira previa dos projetos face aos objetivos a atingir e as metas definidas para a empresa; - Elaboração de Relatórios Preliminares e Finais de análise das propostas para deliberação do Conselho de Administração; - Acompanhamento técnico e financeiro da obra efectuado pelos Responsáveis de obra e pela Administração. Os autos de medição necessitam de ser confirmados e rubricados pelo Engenheiro responsável pela Obra; -Reporte anual à ERSE no âmbito das Contas Reguladas da evolução dos projectos de investimento da empresa; - No caso de desvios face ao preço contratualizado é apresentado à Administração uma análise de justificação dos mesmos. Todos os trabalhos e desvios carecem de aprovação por parte da Administração.
Inexistência de cobertura/previsão no orçamento para a aquisição de bens ou prestação de serviços	Médio	Médio	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de um orçamento anual previsional relativo a aquisições de bens e serviços; - As compras superiores a 500 € são aprovadas pela Administração.

Aquisição de bens e serviços

Risco Identificado	Probabilidade de Ocorrência*	Impacto Previsível*	Mecanismos de Controlo Interno
Incumprimento dos procedimentos previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP) nos casos aplicáveis.	Médio	Médio	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento pela Direção de Serviços Jurídicos da EEM dos procedimentos e documentos concursais; - Utilização da Plataforma Electrónica de Contratação BIZGOV (fornecida pela Saphety e certificada pelo Centro de Gestão de Rede Informática do Governo), no âmbito dos Concursos de Contratação Pública; - Elaboração de Relatórios Preliminares e Finais de análise das propostas para deliberação do Conselho de Administração; - Existência de um procedimento formal para o processo de empreitadas que necessita de ser cumprido (aprovação do investimento a efectuar, consulta ao mercado, apreciação e escolha do fornecedor, aprovação da adjudicação pela Administração). Os procedimentos definidos asseguram a segregação de funções ao longo do processo (pedido, avaliação das propostas pelo Júri do procedimento, aprovação da adjudicação, recepção, contabilização e liquidação).
Realização de trabalhos a mais sem justificação ou sem validação dos pressupostos legais aplicáveis.	Médio	Médio	<ul style="list-style-type: none"> -Elaboração anual do Plano de Investimentos que é apresentado ao Conselho de Administração e reportado e validado pela ERSE que inclui uma descrição dos projectos em curso e o planeamento do investimento a efectuar nos anos seguintes; - Aprovação de todas as ordens de investimento por parte da Administração. O lançamento de Concurso Público para contratação de empreitadas é aprovado pelo Conselho de Administração; - Avaliação ambiental, técnica, social, económica e financeira previa dos projetos face aos objetivos a atingir e as metas definidas para a empresa; - Elaboração de Relatórios Preliminares e Finais de análise das propostas para deliberação do Conselho de Administração; - Acompanhamento técnico e financeiro da obra efectuado pelos Responsáveis de obra e pela Administração. Os autos de medição necessitam de ser confirmados e rubricados pelo Engenheiro responsável pela Obra; -Reporte anual à ERSE no âmbito das Contas Reguladas da evolução dos projectos de investimento da empresa; - No caso de desvios face ao preço contratualizado é apresentado à Administração uma análise de justificação dos mesmos. Todos os trabalhos e desvios carecem de aprovação por parte da Administração.
Inexistência de cobertura/previsão no orçamento para a aquisição de bens ou prestação de serviços	Médio	Médio	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de um orçamento anual previsional relativo a aquisições de bens e serviços; - As compras superiores a 500 € são aprovadas pela Administração.

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO 2022

Risco Identificado	Probabilidade de Ocorrência*	Impacto Previsível*	Mecanismos de Controlo Interno
Aquisição, manipulação ou desvio de bens em inventário para proveito próprio ou para terceiros	Baixo	Baixo	<ul style="list-style-type: none"> - Segregação de funções no processo de requisição de bens e controlos na recepção de encomendas; - Registo de movimentos de inventário e emissão de guias de transporte; - Registo e controlo de inventário, através de contagens aleatórias.
Favorecimento de fornecedores de bens e/ou serviços com o objetivo de retirar benefícios próprios ou para terceiros	Baixo	Médio	<ul style="list-style-type: none"> - Processos de compra em plataforma de Código de Contratação Pública; - Estrutura de cadeia hierárquica na aprovação de compras/serviços; - Segregação de funções de processamento e autorização de compras/serviços; - Política de selecção e consulta de vários fornecedores para redução de favorecimentos; - Controlo de qualidade dos serviços prestados e dos bens fornecidos pelas áreas solicitantes; - Acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços.
Existência de conflito de interesses que ponham em causa a transparência do processo de aquisição/contratação, decorrente de: acumulação de funções; favorecimento de interesses; aceitação indevida de ofertas.	Médio	Médio	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação do Código de Ética e Conduta da EEM; - Utilização do portal de Contratação Pública na maioria dos contratos estabelecidos com fornecedores; - Estrutura de cadeia hierárquica com vários níveis de aprovação com base nos montantes envolvidos; - Segregação de funções de processamento e de requisição, autorização e aprovação.

Faturação de Energia

Risco Identificado	Probabilidade de Ocorrência*	Impacto Previsível*	Mecanismos de Controlo Interno
Emissão indevida de créditos a clientes	Baixo	Baixo	- Controlos de aprovação relativos à emissão de créditos a clientes; - Controlo mensal de validação de aprovação de créditos emitidos; - Segregação de funções entre o cálculo do crédito e a emissão.
Concessão de vantagens e/ou benefícios na elaboração de planos de pagamento	Baixo	Baixo	- Monitorização dos planos de pagamento em vigor; - Controlos de segregação de funções na aprovação de planos de pagamento, com base em matriz autorizada; - Monitorização de dívida de clientes com base em antiguidade; - Processo interno de advertência e corte a clientes com antiguidade.
Favorecimento de clientes no tratamento do processo de advertência/corte, bem como na elaboração de planos de pagamento mais vantajosos, com o objetivo de retirar benefícios próprios ou para terceiros	Médio	Médio	- Processo de aprovação de planos de pagamento em vigor consoante níveis de autorização em vigor. - Documentação em Sharepoint dos planos de pagamento celebrados.
Incorrecto carregamento / atualização das tarifas de venda de electricidade definidas pela ERSE ou outras entidades legais	Baixo	Baixo	- Verificação do cálculo dos montantes a facturar através da parameterização do sistema e elaboração de relatórios de exceção sobre ocorrências que excedam as regras de aceitação definidas pela Faturação; - Comparação entre as tarifas carregadas no sistema de faturação com o tarifário publicado pela ERSE e com o sistema de gestão operacional.
Utilização de critérios para realização de estimativas de consumo não razoáveis.	Médio	Baixo	- Realização de leituras dos contadores trimestrais (excepcionalmente 6 meses). Análise das situações que se encontrem pendentes de contagem (controlo diário da Faturação) e verificação da inviolabilidade dos selos dos equipamentos de contagem (SIAM). - Verificação em base diária da consistência e análise de razoabilidade dos consumos apurados através de relatórios de implausibilidades de leituras e de relatórios de exceção pelas equipas operacionais da faturação. - Verificação do cálculo dos montantes a facturar através da parameterização do sistema e elaboração de relatórios de exceção sobre ocorrências que excedam as regras de aceitação definidas pela Faturação.
Aceitação ilícita de benefícios e/ou favorecimentos em troca da cedência de vantagens e/ou benefícios imerecidos no que respeita à gestão de cortes de serviço.	Baixo	Baixo	- Sistema de ordens de serviço em que todas as ordens requerem feedback, não havendo ordens de serviço pendentes; - Segregação de funções entre a gestão de ordens de serviço e a sua execução.
Aceitação ilícita de benefícios e/ou favorecimentos em troca da cedência de vantagens e/ou benefícios imerecidos no que respeita à leitura de contadores.	Baixo	Baixo	- Leituras efetuadas através de leitor óptico que minimize os erros resultantes da intervenção manual; - Segregação de funções entre os vários departamentos.
Aceitação ilícita de benefícios e/ou favorecimentos em troca da cedência de vantagens e/ou benefícios imerecidos no que respeita à deteção de situações de fraude.	Baixo	Baixo	- Segregação de funções na análise e tratamento de denúncias; - Aplicação do Código de Ética e Conduta da EEM.

Gestão de Recursos Humanos

Risco Identificado	Probabilidade de Ocorrência*	Impacto Previsível*	Mecanismos de Controlo Interno
Favorecimento indevido no recrutamento e selecção de colaboradores	Baixo	Baixo	- Manual de procedimentos de concurso, selecção e contratação de colaboradores; - Recurso a empresas externas para o processo de recrutamento e selecção; - Aprovação por parte dos Administradores das contratações efetuadas; - Sensibilizar os intervenientes decisores no âmbito dos procedimentos de recrutamento e selecção ou outros atos de gestão de pessoal para a necessidade de fundamentação das suas decisões.
Manipulação indevida no cadastro de pessoal e condições remuneratórias	Baixo	Baixo	- Medidas de segurança nos arquivos físicos dos processos individuais de colaborador; - Acesso restrito aos sistemas de informação (limitado a trabalhadores da DTSJ).
Favorecimento indevido em benefício próprio e/ou terceiros no processamento de remunerações.	Baixo	Médio	- Segregação de funções na preparação e validação da informação; - Aprovação pelas direcções de todos os abonos variáveis; - Aprovação por parte do Conselho de Administração dos valores a liquidar mensalmente.
Incumprimento com a legislação em vigor / Acordos Colectivos de Trabalho	Baixo	Baixo	- Identificação da necessidade de recrutamento pelo departamento requerente, carecendo a mesma de aprovação do Conselho de Administração, para posterior desenrolar do processo de selecção (este processo inclui prova de conhecimentos e entrevista); - Definição prévia de critérios objectivos que assegurem os princípios de equidade, igualdade, imparcialidade e justiça; - Todas as contratações necessitam de aprovação por parte do Conselho de Administração após concluído o processo de selecção; - A contratação é efectuada com a celebração de um contrato. A empresa obriga-se perante os colaboradores através da assinatura do CA; - Despedimentos necessitam de aprovação por parte do Conselho de Administração após análise ao processo instaurado ao colaborador.
Não comparência no local de trabalho	Baixo	Baixo	- Despedimentos necessitam de aprovação por parte do Conselho de Administração após análise ao processo instaurado ao colaborador; - Controlo das horas de trabalho mensais através de sistema biométrico e/ou controlo de ponto ou através de aprovação do responsável de departamento.

Bancos

Risco Identificado	Probabilidade de Ocorrência*	Impacto Previsível*	Mecanismos de Controlo Interno
Adulteração e/ou omissão de informação que condicione a representação, de forma verídica e transparente, da situação financeira da EEM	Baixo	Baixo	- Aplicação do Código de Ética e Conduta da EEM; - Mecanismos de aprovação de requisição, fatura e pagamento por parte do Conselho de Administração; - Segregação de funções entre a aquisição e o pagamento; - Elaboração e revisão de reconciliações bancárias.
Aceitação ilícita de benefícios e/ou favorecimentos em troca da cedência de vantagens e/ou benefícios	Baixo	Baixo	
Desvio de dinheiros e valores	Baixo	Baixo	
Processo manual de inserção dados bancários para pagamento a fornecedores (IBAN)	Alto	Baixo	

Sistemas Informáticos

Risco Identificado	Probabilidade de Ocorrência*	Impacto Previsível*	Mecanismos de Controlo Interno
Risco de acesso impróprio às informações pessoais/quebra de sigilo	Médio	Baixo	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação do Código de Ética e Conduta da EEM; - Política de gestão de passwords de acesso aos sistemas de informação; - Política de gestão de passwords de acesso à rede interna; - Política de gestão de acessos (e sua revisão periódica); - Revisão periódica de perfis de utilizador de sistemas de informação e rede; - Manual de procedimentos de RGD; - Procedimentos internos de criação de users, criação e/ou alteração de acessos.
Acesso ou utilização indevida a informação restrita	Médio	Médio	
Adulteração de informação privada/restrita com o fim de extrair benefícios próprios ou de terceiros	Baixo	Baixo	
Omissão ou manipulação de informação com vista a condicionar decisões da EEM	Baixo	Médio	
Utilização/divulgação de informação confidencial e/ou privilegiada para benefício próprio ou de terceiros	Médio	Alto	
Adulteração e/ou omissão de informação que condicione a representação, de forma verídica e transparente da EEM	Baixo	Médio	
Utilização de ativos de equipamento informático para proveito próprio	Alto	Médio	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de normativos para atribuição e utilização (computadores, tablets e outros dispositivos); - Determinação e divulgação de Política de utilização responsável; - Aplicação de termo de responsabilidade sobre boas práticas na utilização de ativos.

7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, operacional/infraestrutura, conformidade legal e reporte são tratados e monitorizados pela EEM, sendo periodicamente apreciados pelo Governo Regional da Madeira, na qualidade de único acionista. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela empresa e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

8. Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na empresa relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

A adequabilidade e qualidade da informação financeira divulgada, a qual é processada em sistemas de informação, são garantidas através dos controlos de sistemas de informação implementados, da sua análise mensal por via da elaboração de relatórios de atividade onde se explicam e decompõem variações de saldos, das auditorias externas anuais efetuadas às demonstrações financeiras e o

acompanhamento trimestral que é prestado pelos Órgãos de Fiscalização, nomeadamente o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas.

C. Regulamentos e Códigos

I. Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância.

Do conjunto de documentos normativos internos em vigor destacam-se os seguintes:

- Regulamento de Proteção de Dados Pessoais
https://www.eem.pt/media/561796/regulamento-2016_679.pdf
- Código de Ética e Conduta (disponibilizado em plataforma interna)
<https://www.eem.pt/media/1065658/codigo-de-etica-e-conduta.pdf>
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
<https://www.eem.pt/pt/conteudo/anuncios-e-publicacoes/publica%C3%A7%C3%B5es/plano-de-prevencao-de-riscos/>
- Regulamento de Qualidade de Serviço do Setor Elétrico e do Gás n.º 406/2021
https://www.eem.pt/media/812670/regulamento-qualidade-de-servico-do-setor-eletrico-e-do-gas-n%C2%BA-406_2021.pdf
- Regulamento de Qualidade de Serviço do Setor Elétrico e do Gás n.º 629/2017
https://www.eem.pt/media/812673/regulamento-qualidade-de-servico-do-setor-eletrico-e-do-gas-n%C2%BA-629_2017.pdf
- Regulamento de Qualidade de Serviço do Setor Elétrico e do Gás n.º 455/2013
https://www.eem.pt/media/812667/regulamento-qualidade-de-servico-do-setor-eletrico-455_2013.
- Manual SEPM
<https://www.eem.pt/media/49610/manualepm.pdf>
- Guia de telecontagem da Região Autónoma da Madeira
<https://www.eem.pt/media/49613/telecontagem.pdf>
- Guia Equipamentos de medição no SEPA e no SEPM
<https://www.eem.pt/media/49616/eqmedepmsepa.pdf>
- Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho

https://www.eem.pt/media/847674/politica-de-qualidade-ambiente-e-sst-26_08_2021.pdf

- Manual de Cobrança em linha com o período de pandemia – COVID19

Relativamente aos regulamentos em fase de aprovação destacam-se os seguintes

- Regulamento do Conselho de Administração
- Regulamento do Conselho Fiscal
- Regulamento de Conflito de Interesses
- Regulamento de Transações entre Partes Relacionadas
- Código de Conduta Relativo a Ofertas Institucionais e Hospitalidades

Todos os regulamentos que não se encontrem divulgados no site, são divulgados com os colaboradores internamente na rede da EEM (*Sharepoint*).

Os diplomas legais com incidência na atividade da EEM, publicados até 2021, foram os seguintes:

- Decreto-Lei n.º 69/2002 - a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) estendeu a regulação às Regiões Autónomas.
- Decreto-Lei 189/88 de 27 de maio, alterado pelo Decreto-Lei 168/99 de 18 de maio; Decreto-Lei 312/2001 de 10 de dezembro; e o Decreto-Lei 339-C/2001 de 29 de dezembro - encontram-se definidas as bases aplicáveis à geração de energia elétrica através de recursos renováveis.
- Decreto-Lei 33-A/2005 de 16 de fevereiro - onde são estabelecidos os montantes atualmente utilizados na fórmula de remuneração aplicável à energia produzida através de energias renováveis e os prazos para a sua aplicação.
- Decreto-Lei n.º 35/2013 de 28 de fevereiro de 2013- permite aos produtores eólicos a possibilidade de aderir a um regime remuneratório alternativo durante um período adicional de cinco ou sete anos após o termo de remuneração garantida, mediante a assunção do compromisso de contribuir para a sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional (SEN), através do pagamento de uma compensação. Este acordo é aplicável apenas aos parques eólicos abrangidos pelo Decreto-Lei 33-A/2005, excluindo a capacidade eólica atribuída na sequência de concursos públicos.
- Portaria n.º 119/2013, de 25 de março - esclarece ainda as penalidades a serem aplicadas aos centros electroprodutores eólicos em caso de mora ou incumprimento, após a adesão ao novo regime em apreço.
- Decreto-Lei 165/2008, de 21 de agosto - veio confirmar o direito incondicional por parte dos operadores regulados à recuperação dos ajustamentos tarifários. Os ajustamentos tarifários apurados em cada exercício que sejam devidos às empresas reguladas, mantêm-se mesmo em caso de insolvência ou cessação superveniente da atividade de cada uma das entidades,

devendo a ERSE adotar as medidas necessárias para assegurar que o titular desses direitos continua a recuperar os montantes em dívida até ao seu integral pagamento.

- Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro; Decreto Legislativo Regional n.º 34/2016/M, de 5 de agosto - regula a transferência da atribuição relativa à iluminação pública rural e urbana para os municípios da Região Autónoma da Madeira e o respetivo financiamento

2. Código de ética:

a. Referência à existência de um código de ética, com a data da última atualização, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como indicação da forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores e pelo público em geral.

b. Menção relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor sobre medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer empresa que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa (artigo 45.º do RJSERAM).

A atuação da EEM, enquanto empresa que presta um serviço público, pauta-se por valores de integridade, rigor e responsabilidade no desempenho da sua missão.

A existência de um Código de Ética e de Conduta é de elevada importância, em particular para empresas que operam no sector energético, uma vez que se encontram sujeitas a um elevado conjunto de legislação e regulação específicas, implicando que os padrões éticos e de conduta estejam alinhados com as boas práticas internacionais.

O Código de Ética e Conduta foi elaborado, de forma a garantir o conhecimento e cumprimento das normas de conduta, missão e valores da EEM - Empresa de Electricidade da Madeira S. A. (EEM) , por parte de todos os seus colaboradores.

Mais do que um compromisso, este código tem como objetivo garantir que todos os colaboradores têm acesso às normas de conduta defendidas pela empresa e que as compreendem de forma clara, servindo como guia de atuação nas várias vertentes onde a EEM e os seus colaboradores atuam. A EEM procura promover a aplicação de padrões elevados de ética e conduta que garantam que os seus Colaboradores exercem as suas atividades de forma competente, responsável, rigorosa, transparente e prudente.

A divulgação do Código de Ética e Conduta da EEM foi efetuada via rede interna da empresa, sendo o acesso livre para todos os colaboradores. A última atualização do mesmo ocorreu em fevereiro de 2018.

3. Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC):

a. Referência à existência do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC) para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação.

b. Data da última atualização e indicação sobre o cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor, relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências (vide n.º

I do artigo 44.º do RJSERAM, que remete para a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, a que corresponde a atual alínea g) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

c. Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontra publicitado o respetivo Relatório Anual de Execução do PGRIC (artigo 44.º do RJSERAM).

No seguimento dos vários instrumentos jurídicos internacionais que têm sido publicados, foi criado, em 2008, o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) através da Lei n.º54/2008, de 4 de setembro, enquanto Entidade Administrativa independente a funcionar junto do Tribunal de Contas, com o objetivo de desenvolver uma atividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas.

Em 1 de julho de 2009, e após a análise aos questionários, o CPC aprovou uma recomendação, sobre planos de Prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas e dirigida aos órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiros, ou valores públicos, que independentemente da sua natureza, elaborem Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (Plano)

No âmbito da EEM, este plano tem como objetivo a identificação das principais áreas que, potencialmente, poderão ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos pela Empresa visando a sua mitigação, probabilidade de ocorrência e a definição dos responsáveis pela implementação e gestão do plano.

Adicionalmente, com este plano, pretende-se:

- expressar o compromisso da Empresa na prevenção e combate à corrupção e infrações conexas;
- reforçar a cultura da Empresa e dos respetivos trabalhadores no respeito pela conduta ética e ser um modelo de referência em matéria de boas práticas nos relacionamentos internos e externos;
- garantir o cumprimento das várias recomendações da CPC relativas aos Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Nestes termos, a EEM elaborou e apresentou o primeiro Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas com referência a novembro de 2013, tendo o mesmo sido atualizado em 2018 e 2020, 2022.

Este plano para além de divulgado na intranet a todos os colaboradores, encontra-se também no sítio da internet da empresa:

<https://www.eem.pt/pt/conteudo/anuncios-e-publicacoes/publica%C3%A7%C3%B5es/plano-de-prevencao-de-riscos/>

D. Deveres especiais de informação

I. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do n.º1 do artigo 42.º do RJSERAM), a saber:

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO 2022

a) *Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras empresa, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;*

Não foram prestadas quaisquer garantias financeiras nem assumidas dívidas ou passivos de outras entidades.

b) *Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar;*

O grau de execução dos objetivos fixados pelas entidades reguladoras da sua atividade, bem como a justificação de desvios e eventuais medidas corretivas são publicados anualmente nos Relatório e Contas e Relatório do Governo Societário da entidade, os quais são disponibilizados no respetivo sítio da internet.

c) *Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;*

<https://www.eem.pt/pt/conteudo/anuncios-e-publicacoes/publica%C3%A7%C3%B5es/relatorios-diversos>

d) *Orçamento anual e plurianual;*

<https://www.eem.pt/pt/conteudo/anuncios-e-publicacoes/publica%C3%A7%C3%B5es/relatorios-diversos>

e) *Documentos anuais de prestação de contas;*

Os documentos anuais de prestação de contas são no sítio da empresa - <https://www.eem.pt/pt/conteudo/anuncios-e-publicacoes/publica%C3%A7%C3%B5es/relatorios-e-contas/>

f) *Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.*

<https://www.eem.pt/pt/conteudo/anuncios-e-publicacoes/publica%C3%A7%C3%B5es/relatorios-trimestrais/>

2. *Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (n.º 1 do artigo 43.º do RJSERAM).*

A empresa procede através da publicitação da informação em causa no seu site (www.EEM.pt) e no site do Governo Regional, nomeadamente dos documentos anuais de prestação de contas: o Relatório e Contas e Relatório do Governo Societário.

Os documentos referidos dão integral cumprimento aos deveres de transparência a que a Empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social e

de desenvolvimento sustentável, bem como em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo,

E. Sítio na Internet

O endereço do sítio da Internet da EEM é <https://www.eem.pt/>

1. Indicação do(s) endereço(s) utilizado(s) na divulgação dos seguintes elementos sobre a empresa (vide artigo 51.º do RJSERAM):

a) Sede e, caso aplicável, demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC;

<https://www.eem.pt/pt/conteudo/anuncios-e-publicacoes/publica%C3%A7%C3%B5es/relatorios-e-contas/>

b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;

A EEM é uma empresa pública, cujos estatutos estão publicados por decreto:

<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-legislativo-regional/14-1994-301450>

c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios

A informação relativa a remunerações e elementos curriculares consta deste documento, a ser disponibilizado no sítio da internet da empresa. Organograma disponibilizado:

<https://www.eem.pt/pt/conteudo/eem/quem-somos/organograma/>

d) Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais;

<https://www.EEM.pt/EEM/menu/EEM/publica%C3%A7%C3%B5es/relat%C3%B3rio-e-contas>

e) Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;

Esta informação encontra-se disponibilizada infra.

f) Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.

A empresa não beneficia de quaisquer apoios financeiros do Governo Regional, uma vez que a sua atividade é autossuficiente. Não obstante, tem recebido apoios por parte da União Europeia e participações de entidades particulares, nos últimos três exercícios:

Nome	2022	2021	2020	2019
Subsídios à exploração	101.376	108.080	89.921	216.854
Subsídios ao investimento	13.935.684	8.198.391	4.022.594	9.455.133
Comparticipações em investimentos (entidades particulares)	-	-	1.107.525	-

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

1. *Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade (vide n.º 3 do artigo 46.º do RJSERAM).*

O Decreto-Lei 12/74, de 17 de janeiro, atualizado pelo Decreto Legislativo Regional 14/94/M, de 3 de junho, estabelece os princípios respeitantes à prestação do serviço público.

2. *Quando aplicável, referência às propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade (vide n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 46.º do RJSERAM), das quais deverão constar os seguintes elementos: Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis; Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento; Critérios de avaliação e revisão contratuais; Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes; Compatibilidade com o esforço financeiro da Região, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento da Região em cada exercício; Metodologias adotadas tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes. A empresa deve prestar evidência do seguinte:*

a) *Que elaborou uma proposta de contratualização da prestação de serviço público;*

b) *Que essa proposta foi apresentada ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade; e*

c) *Que a proposta cumpre com todos os requisitos legais definidos no n.º 1 do artigo 46.º do RJSERAM.*

Não aplicável.

VII. Remunerações

A. Competência para a Determinação

1. *Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da empresa.*

O órgão estatutariamente competente para a determinação das remunerações dos órgãos sociais é a Assembleia Geral.

A remuneração dos dirigentes é definida pelo Conselho de Administração, atentas às restrições legais aplicáveis.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Assembleia Geral
Remuneração dos diretores	Conselho de Administração

2. *Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a empresa, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas (vide artigo 49.º do RJSERAM).*

De acordo com os procedimentos instituídos na EEM, no Regulamento de Conflitos de Interesses encontram-se estabelecidas as regras de identificação, gestão e monitorização de potenciais conflitos de interesses nas várias atividades da Empresa e do Grupo, nomeadamente em negócios de relevância

significativa entre partes relacionadas, dando cumprimento às disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O mencionado regulamento identifica os seguintes procedimentos a serem cumpridos:

- atividades ou transações conflitantes devem ser atribuídas a pessoas diferentes devendo, em caso de dúvida relativamente a possível conflito de interesses, ser obtida confirmação junto dos responsáveis do processo e/ou junto da Direção de Auditoria Interna;
- colaboradores que exerçam funções de chefia e/ou administração noutras empresas fora do Grupo não podem influenciar quaisquer decisões dentro da Empresa relacionadas com essas empresas nem com a atividade das mesmas;
- os membros do Conselho de Administração devem abster-se de votar em qualquer assunto que possa gerar conflito de interesses, sobre o qual a objetividade ou a capacidade do membro cumprir adequadamente as suas obrigações com a Empresa possa estar comprometida ou decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas;
- a Direção de Auditoria Interna deverá apresentar recomendações ao Conselho de Administração quanto a medidas de prevenção e identificação de conflitos de interesses sempre que considere adequado e fazer referência no relatório anual de atividade ao nível de cumprimento do presente regulamento aos fins de prevenção e resolução de conflito de interesses;

Por forma a identificar potenciais situações de conflitos de interesse ao abrigo dos pontos anteriores, serão solicitadas as seguintes comunicações ao Conselho de Administração e Linha Executiva (e.g.: diretores) da Empresa:

- no prazo de 20 dias úteis por referência (i) à data de início das respetivas funções, (ii) a 31 de dezembro de cada ano, bem como (iii) sempre que se verifique qualquer alteração à informação prestada, a comunicação à Direção de Auditoria Interna, de Entidades participadas por si ou pelos seus familiares próximos1;
- cargos de administração e/ou fiscalização exercidos noutras entidades por si ou pelos familiares próximos1;
- negócios celebrados com a sociedade ao abrigo do disposto nos pontos 1 e 2 do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais (comunicação apenas aplicável aos membros do Conselho de Administração);
- detenção de ações e/ou obrigações da sociedade e todas as aquisições, onerações ou cessações de titularidade, por qualquer causa, de ações e de obrigações da mesma sociedade e de sociedades com as quais aquela esteja em relação de domínio ou de grupo (comunicação apenas aplicável aos membros do Conselho de Administração).

A comunicação com referência a 31 de dezembro de cada ano será efetuada através da submissão à Direção de Auditoria Interna da “Declaração anual de independência e de inexistência de conflitos de interesse”, a qual adicionalmente a estes pontos incluirá referência ao cumprimento deste Regulamento, bem como do Código de Conduta relativo a ofertas institucionais e hospitalidades. No caso dos membros do Conselho de Administração, a referida Declaração incluirá ainda menção ao cumprimento da legislação vigente relativa a titulares de altos cargos públicos.

3. Evidenciação ou menção de que resulte inequívoco o cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 49.º do RJSERAM, isto é, de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

Os membros do Conselho de Administração abstêm-se de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio.

Sem prejuízo das competências da assembleia geral, as remunerações dos membros dos órgãos sociais podem ser fixadas por uma comissão eleita pelos acionistas em Assembleia Geral.

C. Estrutura das Remunerações

1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.

Nos termos do n.º 3 do artigo 23.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2010/M, de 5 de agosto, que estabelece o Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 2/2011/M, de 10 de janeiro, 31/2013/M, de 26 de dezembro e Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M de 30 de junho de 2021, e em cumprimento do disposto no n.º 17 da Resolução n.º 392/2015, de 27, de maio e , determina-se que a remuneração dos gestores públicos é fixada: a) por resolução do Conselho do Governo Regional, no caso das entidades públicas empresariais; ou b) por deliberação em assembleia geral, no caso das empresas públicas constituídas nos termos da lei comercial.

Com efeito a remuneração dos membros do Conselho de Administração da EEM mantiveram os valores que recebiam previamente às suas nomeações.

Não existe uma política de remuneração do Órgão de Fiscalização definida, pese embora esta seja definida em ata.

2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da empresa.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Administradores executivos:

Presidente - Remuneração Fixa

Vice-Presidente - Remuneração Fixa

Vogais – Remuneração Fixa

Ver informação detalhe no ponto infra.

CONSELHO FISCAL

Presidente, Vice-Presidente e Vogal - Remuneração Fixa

Remuneração anual ilíquida de €6.000,00, paga trimestralmente. No caso do exercício de funções não abranger o ano civil por completo, a componente fixa de remuneração anual a liquidar será proporcional ao período efetivo do exercício de funções.

Os membros suplentes do Conselho Fiscal não auferem de qualquer tipo de remuneração.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O valor acordado entre a EEM e o Revisor Oficial de Contas encontra-se supramencionado no Capítulo V- Órgãos Sociais e Comissões (tópico E, ponto 3).

3. *Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.*

Não aplicável.

4. *Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.*

Não aplicável.

5. *Caracterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio.*

Não aplicável.

6. *Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.*

Não aplicável.

D. Divulgação das Remunerações

1. *Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da empresa, proveniente da empresa, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta,*

menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.

Nome	Total Vencimento Bruto Fixo Anual
Francisco Antonio Caldas Taboada	93.334,32
Joao Pedro Barreto Sousa	89.163,33
Ana Cristina Dantas Andrade	82.422,80

2. *Indicação dos montantes pagos, por outras empresas em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.*

Não aplicável. Não foram pagas aos membros do Conselho de Administração, durante o seu mandato na EEM, quaisquer montantes por outras entidades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

3. *Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.*

Não aplicável.

4. *Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.*

Durante o ano de 2022 não verificou pagamento de indemnização por cessação de funções de nenhum administrador da EEM

5. *Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da empresa, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.*

Conforme supramencionado no ponto 1.

6. *Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral.*

Os membros da Assembleia Geral não auferem qualquer remuneração.

VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras

1. *Apresentação de mecanismos implementados pela empresa para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.*

O Regulamento de transações com partes relacionadas define os critérios e procedimentos de controlo de transações entre a EEM ou entidades controladas (adiante designadas coletivamente por “Grupo EEM”) e suas Partes Relacionadas, tendo em vista salvaguardar o interesse do Grupo EEM em situações de conflito de interesses.

As transações com partes relacionadas são analisadas pela sociedade, encontrando-se, sempre que aplicável, suportadas em procedimentos de contratação pública.

No que respeita aos mecanismos implementados pela EEM para efeitos de controlo das transações das partes relacionadas resultam em:

Conselho de Administração:

- submeter propostas de Transações Relevantes com Partes Relacionadas à Direção de Auditoria Interna;
- aprovar e justificar a manutenção de proposta de Transação Relevante com Parte Relacionada com parecer prévio desfavorável

Direção de Auditoria Interna:

- analisar a proposta de Transação Relevante com Partes Relacionadas, solicitando informação adicional ou o apoio de outras Direções no processo sempre que necessário;
- submeter a proposta de Transação Relevante com Partes Relacionadas para emissão de Parecer por parte do Conselho Fiscal, sempre que o valor económico da mesma ultrapasse os 5,35 milhões de euros ou que em virtude da sua natureza ou da especial suscetibilidade da mesma, considerar que se verifica uma situação de conflito de interesses;
- emitir parecer sobre as Transações Relevantes com Partes Relacionadas e/ou comunicar ao Conselho de Administração o parecer emitido pelo Conselho Fiscal;
- avaliar anualmente a aplicação do Regulamento e manter o registo dos pareceres solicitados e emitidos.

Conselho Fiscal:

- emitir parecer sobre as Transações Relevantes com Partes Relacionados sempre que solicitado;
- apresentar propostas de prevenção de conflito de interesses em relação à Transação Relevante em causa.

A EEM como único comercializador de energia elétrica na RAM, fornece energia elétrica às entidades do Grupo. O valor destes serviços ascende a 387.353 euros. Adicionalmente, enquanto Comercializador de Último Recurso, obriga-se também a comprar toda a energia produzida pelos Produtores em Regime Especial (PRE), como é o caso da Enereem, entidade detida pela EEM. Estas aquisições ascendem a 4.098.047 euros.

2. Informação sobre outras transações:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;

Conforme o que se encontra definido no Regulamento de Transações com partes relacionadas, para operações de valor económico compreendido entre 428 milhares de euros e 5,35 milhões de euros a realização da Transação Relevante com Partes Relacionadas necessita de parecer prévio favorável da Direção de Auditoria Interna, e no caso de operações superiores a 5,35 milhões de euros necessita de parecer prévio do Conselho Fiscal. Não obstante a definição destes montantes, em virtude da sua

natureza ou da especial suscetibilidade da mesma, o Conselho de Administração e/ou a Direção de Auditoria Interna podem solicitar o parecer do Conselho Fiscal para operações inferiores a 5,35 milhões de euros.

b) Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado;

Não existiram, durante o ano de 2022, transações que não tenham ocorrido em condições de mercado.

c) Lista de fornecedores com transações com a empresa que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros).

Não existem fornecedores que prestem fornecimentos e serviços externos, que representem mais de 5% desta rúbrica e que ultrapassem 1 milhão de euros.

IX. Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental

Caracterização dos elementos seguidamente explicitados, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.

1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas

Enquanto operador do Sistema Elétrico Público Regional, a EEM tem a responsabilidade de contribuir de forma ativa para a preservação do ambiente de um destino turístico de excelência, agir de forma sustentada para minimizar os impactos da nossa atividade e proteger o ambiente, é um compromisso que há muito assume e que ganha cada vez mais expressão, refletindo-se, em toda a sua cadeia de valor.

O Grupo EEM continua a privilegiar investimentos de acordo com os princípios de política de energia e clima da RAM, com especial destaque para a maximização da penetração de energias renováveis, contribuindo para aumentar os níveis de sustentabilidade ambiental, económica e social da região, reduzindo também a dependência de combustíveis fósseis e importações de matérias-primas. Paralelamente, a EEM assegurará níveis de manutenção e operação indispensáveis ao bom funcionamento de todos os seus ativos, não descurando a valorização dos seus recursos humanos, mantendo o nível de responsabilidade social que lhe está conferida.

O célere avanço para a degradação dos recursos naturais, a impactante atividade humana nos ecossistemas e na biosfera, o ecobranqueamento e a tolerância por práticas desvirtuantes na gestão corporativa em termos ambientais, assim como os elevados níveis de desigualdade social e de pobreza que enfrentamos a nível global transformam-se em mecanismos inibidores de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Ladeada por uma política de responsabilidade social séria e consciente, a EEM reporta os resultados de informação não financeira incluindo as dimensões económica, ambiental, social e de *governance* e avança para além do apuramento de dados e da implementação de ações de melhoria. Paulatinamente mais concentrados em atuar no sentido de mitigar os efeitos da pegada de carbono, atuam com um sentido de perceção muito nítido relativamente ao papel que assume de compromisso para com as pessoas, a sociedade e o ambiente. Encontra-se francamente empenhada em garantir uma resposta adequada às necessidades da região e particularmente focados na prevenção, no controlo e na mitigação de qualquer adversidade que coloque em causa o desequilíbrio ambiental, nomeadamente ao nível local. O abastecimento de energia à Região Autónoma da Madeira é a sua missão e todos os seus *stakeholders* representam uma extensão daquilo que são os princípios da EEM.

Em 11 de dezembro de 2019, a Comissão Europeia publicou a sua Comunicação sobre o «Pacto Ecológico Europeu» (“*Green Deal*”), que visa tornar a União Europeia (UE) no primeiro conjunto de países neutro do ponto de vista climático, até 2050, promovendo uma economia sustentável ao nível da produção e do consumo. Entre 31 de outubro e 12 de novembro de 2021, representantes de cerca de 200 governos reuniram-se na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP26) com o objetivo de impulsionar ações com vista o cumprimento do Acordo de Paris.

Alinhada estrategicamente com a comunidade internacional com vista ao contributo para a promoção dos direitos humanos fundamentais, nomeadamente, em conformidade com o disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a EEM apresenta o reporte de informação não financeira pelo quinto ano consecutivo, de acordo com a estrutura de reporte versão “core” da *Global Reporting Initiative* (GRI) e submete o relatório a uma verificação externa independente (*disclosure* 102-56 GRI), pautando pela transparência e a confiança com todas as partes interessadas.

Na Agenda 2030, a Organização das Nações Unidas definiu um conjunto de ODS e de metas para direcionar a atividade das organizações e dos Estados nesse domínio. A EEM tem responsabilidades no desenvolvimento sustentável, assumindo um compromisso e contribuindo diretamente para vários ODS.

Adicionalmente, a EEM implementou um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), em conformidade com o referencial normativo NP EN ISO 14001 (APCER), em todos os seus setores de atividade em 2011, no âmbito do Plano de Promoção de Desempenho Ambiental, tendo obtido o Certificado Ambiental, em 2012, para a ilha da Madeira. Em 2015, procedeu à extensão do âmbito da certificação aos serviços na ilha do Porto Santo, tendo efetuado a transição para a ISO 14001:2015 desde julho de 2018, em ambas as ilhas. Mais recentemente, renovou a mesma Certificação Ambiental, válida até 2024. O SGA é uma ferramenta fundamental para assegurar o cumprimento das obrigações de conformidade legais aplicáveis e o alcance dos objetivos ambientais.

A implementação deste sistema tem como objetivo principal identificar, de forma sistemática, os aspetos ambientais significativos consequentes e derivados da sua atividade, estabelecendo programas e ações que visam a melhoria do seu desempenho ambiental, contribuindo, assim, para a mitigação dos impactos no ambiente e para a prevenção da poluição.

Relativamente à gestão da segurança em todas as instalações da EEM foi adotada a norma ISO 45001:2019, válida até 2024, visando um grau de cumprimento superior aos requisitos obrigatórios, com vista a oferecer ambientes de trabalho seguros e saudáveis a todos os colaboradores.

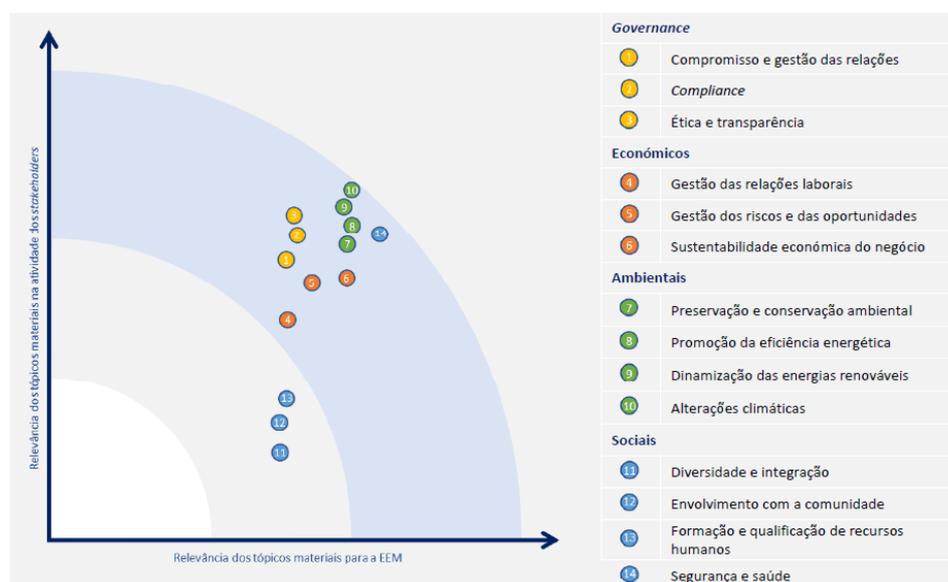
Estratégia de Sustentabilidade

Os indicadores contemplados no relatório de sustentabilidade foram definidos em conformidade com a relevância considerada quer para a EEM, quer para os respetivos *stakeholders*.

O processo de materialidade encontra-se estruturado nas seguintes fases:

1. **Identificar**/atualizar todos os tópicos materiais relevantes
2. **Hierarquizar** - Priorizar os tópicos pela sua relevância para o *core business* da EEM e para os *stakeholders*.
3. **Comunicar** - Responder aos *stakeholders* mediante Relatório de Sustentabilidade.

Em 2022, foram ainda identificados para a EEM tópicos materiais, cuja definição assentou na determinação da relevância de cada tópico (ou assunto) tanto para os *stakeholders*, como para o negócio, conforme apresentado na matriz de materialidade abaixo:



A área da matriz identifica os temas materiais, sinalizados por dimensão ESG: ambiental, social e *governance* e inclui ainda os tópicos materiais económicos não financeiros.

2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade.

Visando o equilíbrio entre o exercício das suas atividades, a proteção do ambiente e a consolidação de uma cultura de segurança e saúde no trabalho bem como a satisfação das partes interessadas, a EEM compromete-se a aplicar os seguintes princípios definidos na Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho:

- identificar periodicamente riscos e oportunidades associado às questões internas e externas relevantes;
- garantir a continuidade e qualidade de serviço no fornecimento de energia elétrica aos seus clientes, procurando corresponder às suas expectativas ao menor custo;
- estabelecer e rever periodicamente objetivos e metas de qualidade, ambiente e segurança e saúde no trabalho, procurando assim a melhoria contínua;
- assegurar o cumprimento da legislação, regulamentação e requisitos em vigor aplicáveis à sua atividade, bem como outros que venha a subscrever voluntariamente;
- promover a comunicação, participação e consulta de todas as partes interessadas, incluindo trabalhadores e seus representantes, no respeito pelos princípios e compromissos assumidos ao nível da qualidade, ambiente e da segurança e saúde no trabalho;

- assegurar que são considerados os aspetos ambientais significativos e estabelecidas as ações necessárias para a proteção do ambiente incluindo a prevenção e minimização da poluição;
- avaliar, prevenir, eliminar ou minimizar os riscos associados ao desenvolvimento da atividade em matéria de segurança e saúde no trabalho;
- garantir condições de trabalho seguras e saudáveis tendo em vista a prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- formar e sensibilizar os trabalhadores para os aspetos relevantes ao nível da qualidade, ambiente e de segurança e saúde no trabalho.

3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

A estratégia da EEM visa contribuir para o desenvolvimento sustentável, quer a nível regional, quer a nível global, razão pela qual atua de forma proativa no uso eficiente de recursos, na valorização da economia circular, na redução de custos económicos e ambientais, procurando, ao máximo, a fiabilidade, a segurança e a melhoria do sistema elétrico e da energia fornecida.

O Conselho de Administração disponibiliza os meios necessários para o cumprimento dos compromissos assumidos, decorrentes da implementação do Sistema de Gestão de Qualidade, Ambiente e de Segurança e Saúde no Trabalho da EEM, conforme os referenciais normativos NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e NP EN ISO 45001, respetivamente.

a) Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (vide artigo 47.º do RJSERAM);

Compliance

Os órgãos de gestão da EEM estão totalmente empenhados em atuar de forma transparente na sociedade, ampliando este comprometimento às estruturas funcionais e a todos os colaboradores. Por um lado, o cumprimento dos requisitos legais é o ponto de partida para o fomento de uma sociedade mais justa e igualitária; por outro lado, uma atuação com vista à concretização de respostas de acordo com as necessidades e expectativas dos *stakeholders* configura-se como o estandarte da EEM. A identificação de riscos para controlo dos mesmos, assim como a identificação de ações de mitigação e de resposta rápida procuram, também, responder a imperativos de *compliance* com os quais a gestão da EEM se confronta.

As práticas de *governance* assentam na identificação de riscos para controlo dos mesmos, assim como na implementação de ações de mitigação e de resposta rápida que procuram responder a imperativos de *compliance* com que nos deparamos na gestão da EEM.

Este ano, a EEM implementou o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, consciente de que os princípios de transparência e integridade constituem o nosso estandarte.

Ética e Transparência

As relações humanas na construção da sociedade são fortemente impactadas pela atuação das instituições. Por esta razão, a EEM desenvolve atividades internas de supervisão, acompanhamento e controlo das operações de forma independente, tendo em consideração a separação de poderes. No relacionamento com os colaboradores, clientes, sociedade e outros intervenientes, a EEM através deste relatório, disponibiliza informações e estabelece normas em relação à sua atuação, particularmente no que respeita a questões alusivas à igualdade e à não discriminação, confidencialidade, segurança, saúde, higiene e bem-estar, assédio, utilização de drogas, estupefacientes e álcool, qualidade do serviço, proteção de dados, lei e regulação, suborno, corrupção, conflito de interesses e relações externas.

Com vista a assegurar o correto entendimento das normas segundo a missão e os valores da empresa, a Direção do Trabalho e Serviços Jurídicos é responsável pelo acompanhamento da aplicabilidade do código de ética e conduta, assim como a supervisão da Auditoria Interna, não se aceitando quaisquer práticas desvirtuantes na gestão e na operação da EEM.

Gestão de parcerias e acordos

Na defesa de interesses de sustentabilidade nos diferentes domínios da sociedade – económico, político, social, ambiental e profissional – a EEM estabelece boas e estáveis relações com as entidades representantes dos trabalhadores (sindicatos), fundamentando-se na sedimentação de um vínculo construtivo, promotor de valores dignos e de uma conduta cordial e adequada.

Conta com uma convenção coletiva de trabalho com dois sindicatos e uma comissão de trabalhadores nos quais existem acordos de empresa:

- a) entre a EEM e o Sindicato dos Trabalhadores do Setor da Produção, transporte e distribuição de Energia Elétrica do Arquipélago da Madeira, publicado a 20 de março de 2017, no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira;
- b) entre a EEM e o SINERGIA - Sindicato da Energia, versão consolidada, publicado a 18 de julho de 2017 no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira.

Todos os colaboradores contemplados no exercício de funções a 31 de dezembro de 2022 da EEM estão abrangidos pelos acordos de contratação coletiva.

Acordos de Empresa

O Acordo de Empresa (AE) existente entre a EEM e o Sindicato dos Trabalhadores da EEM, data de maio de 1981, sendo objeto de ajustes ao longo do tempo. Em março de 2017, com a publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira (JORAM), foi consolidado o AE onde são incluídas as alterações consequentes dos ajustes efetuados.

O AE entre a EEM e o SINERGIA - Sindicato da Energia, foi celebrado em julho de 2017 no JORAM.

b) *Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (vide artigo 47.º do RJSERAM).*

Materiais utilizados

São considerados materiais utilizados todos aqueles que são adquiridos junto de fornecedores externos e utilizados na atividade industrial da EEM – renováveis e não renováveis – na produção de eletricidade. A sua determinação assenta na contabilização por consumo direto.

A. Num momento em que se ambiciona a neutralidade num curto prazo, a EEM continua empenhada em reduzir a utilização de combustíveis fósseis e em apostar na produção de energia elétrica através da energia renovável. Mix Produção

No ano de 2022, a contribuição de energia renovável no total da produção, referida à emissão, de eletricidade na RAM atingiu 32,5%, registando-se uma ligeira diminuição comparativamente ao valor obtido em 2021 (32,6%), essencialmente pela redução da componente Fotovoltaica (- 0,4%). Assim, analisando o mix de produção de energia elétrica emitida em 2022 – cujo total rondou 910,3 GWh, um aumento de 5,9% face ao ano anterior (2021: 859,4 GWh) – observa-se, comparativamente a 2021, uma maior preponderância da fonte Térmica Diesel (+25,2%) em detrimento do Gás Natural (-33,6%), verificando-se um acréscimo nas componentes renováveis, nomeadamente, Resíduos Sólidos Urbanos (+19,1%), Eólica (+5,2%) e Hídrica (+3,4%).

B. O incremento da fonte Térmica Diesel assim como o decréscimo da fonte Gás Natural, foi justificado pelos constrangimentos nos mercados internacionais no que concerne à escassez de abastecimento e custo do Gás Natural, consequência da guerra na Ucrânia. Consumo de papel nos departamentos administrativos

Em relação ao papel foi possível apurar o consumo de papel na área administrativa, tendo havido uma redução entre o ano anterior e 2022.

Nº folhas impressas 336 730

Nº folhas impressas/funcionário 526

Nº de árvores equivalentes 40

Consumo Energético

A. Dentro da Organização

Em 2022, o consumo total de energia da EEM foi de 9 684 MWh, representando um decréscimo de 23% face ao consumo de 2021.

B. Fora da Organização

Verificou-se uma redução significativa das emissões de CO₂ (considerando a frota) de - 8,5% no total de emissões. No consumo energético fora da organização é contabilizado o consumo de combustíveis – gasolina e gasóleo – e de eletricidade pela frota automóvel da EEM, através de consumo direto e de abastecimento elétrico, respetivamente.

- C. As emissões de CO₂ espelham os consumos existentes ao longo do ano, existindo uma redução ao nível dos combustíveis fósseis, gasóleo (-9%) e gasolina (-44%), e um aumento no que respeita à energia elétrica (39%), face ao ano de 2021. Durante o ano 2022, a EEM adquiriu 9 novas viaturas elétricas em detrimento das viaturas a combustíveis fósseis, refletindo-se numa redução de consumos de gasóleo e gasolina na frota automóvel.

Intensidade energética

A intensidade energética da EEM é calculada tendo em conta o total de TEP por volume de negócio, englobando todas os recursos utilizados no consumo energético dentro e fora da empresa.

- Rácio de intensidade energética - 0,322 (TEP/M€)

Água e afluentes

A. Utilização de água como recurso partilhado

Conscientes de que a água é uma das bases para um futuro sustentável, a EEM preocupa-se e mantém o compromisso da sua utilização de forma responsável, consciente e racional considerando todos os cenários sociais, económicos e ambientais.

Em 2022 foram captados 40 794 m³ de água de furo, 73,7% a menos do que em 2021, justificado pela indisponibilidade da turbina a vapor da nave III da CTV durante o ano de 2022.

Quanto à água da rede, fruto da implementação de medidas de consciencialização e de objetivos ambiciosos, verificou-se uma redução de 4,1% no sentido de diminuir o rácio deste recurso consumido por funcionário.

A variação de água turbinada para a produção de energia hídrica também sofreu um aumento, de 3,8%, reflexo do aumento da produção de energia das centrais hidroelétricas.

Descarga de água

A EEM tem como compromisso garantir que o retorno de água seja feito em condições adequadas para o meio ambiente e população em geral, embora não existam descargas de água que possam afetar significativamente o sistema hídrico ou a biodiversidade local.

- Rácio volume de água residual industrial descarregada pelas Centrais Térmicas/GWh produzido - 7,2 m³/GWh

Derrames Significativos

A EEM dispõe de procedimentos de controlo operacional para minimizar o risco de contaminação do ar, da água e do solo por atividades desenvolvidas na EEM:

- minimizar a ocorrência de derrames com ocorrência de zero derrames (que extravasem a instalação);
- minimizar o risco de contaminação de água pluvial com ocorrência de zero derrames no triénio com origem nas caleiras pluviais.

Durante o ano 2022 não se verificou a ocorrência de derrames significativos de substâncias perigosas na EEM.

Biodiversidade

A EEM tem compromisso com a conservação da biodiversidade na gestão das suas atividades. Integrada em relação ao cumprimento da legislação ambiental, com foco na utilização racional dos recursos naturais, as atividades da EEM são submetidas a processos de auditorias internas e externas, as quais são utilizadas como ferramenta de melhoria contínua do sistema no seu geral.

Com o objetivo definido de obter um balanço positivo entre os impactes negativos e as retribuições ambientais realizadas e promovidas neste sentido, a EEM compromete-se com os objetivos apresentados de seguida:

- incorporar em todas as etapas da sua atividade a avaliação dos impactes na biodiversidade;
- implementar medidas que potenciem impactes positivos na biodiversidade e diminuam os impactes negativos;
- relatar o seu desempenho ao nível de biodiversidade, confirmado por entidades independentes, e potenciar consultas.

Candidatura das Levadas da Madeira a Património Cultural da Humanidade da UNESCO

A EEM e a ARM – Águas e Resíduos da Madeira, são detentoras da maioria das Levadas da Região (do próprio canal), razão pela qual integraram a equipa técnica de apoio na elaboração da Candidatura das Levadas da Madeira a Património Cultural da Humanidade da UNESCO, através de pontos focais. Em zonas de perímetro Florestal, e em Percursos Recomendados, as esplanadas das levadas são da competência/responsabilidade da Entidade Gestora IFCN - Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM.

Esta candidatura, foi submetida à Comissão Nacional da Unesco, pela Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas, em setembro de 2022, e inclui 8 levadas principais, consideradas como representativas do total das 103 levadas, totalizando 25,20 ha: Levada do Risco, Levada das 25 Fontes, Levada do Alecrim, Levada do Norte, Levada do Rei, Levada do Caldeirão Verde, Levada da Serra do Faial, Levada dos Tornos.

Das 8 levadas candidatas, 4 encontram-se sob a gestão da EEM, que tem como principal função gerir os canais para que a água possa ser encaminhada para fins múltiplos, nomeadamente, consumo doméstico, irrigação agrícola, demais regadio e, por fim, a produção de energia hidroelétrica,

contribuindo com uma parte relevante para a produção de eletricidade da ilha da Madeira. Assim, para a EEM, as Levadas constituem “Caminhos de Energia”.

Certificação da RAM como Destino Turístico Sustentável

Durante o ano 2022, a EEM integrou o Grupo Interno de Trabalho, sob a Coordenação da Secretaria Regional do Turismo e Cultura, que preparou a candidatura da Certificação da RAM como Destino Turístico Sustentável, pela EarthCheck, entidade acreditada pela Global Sustainable Tourism Council (GSTC) para certificar destinos turísticos.

No âmbito do processo de certificação, no mês de julho, foram realizadas auditorias internas com visitas à Central Térmica da Vitória, Central Térmica do Porto Santo e Central Hidroelétrica da Calheta III, tendo em dezembro sido realizadas as auditorias de certificação, conduzidas por um Auditor externo da EarthCheck. Emissões

Portugal assumiu o compromisso de atingir a neutralidade carbónica até 2050, por forma a contribuir para as metas globais e europeias assumidas na execução do Acordo de Paris.

Embora no ano de 2022 se tenha registado um acréscimo das emissões atmosféricas decorrentes da maior utilização de fuelóleo em detrimento de gás natural pelas razões do impacte financeiro deste último combustível, descrito anteriormente, mantemos a aposta nas energias renováveis em alinhamento com o Plano de Ação para Energia Sustentável e Clima (PAESC), cujas metas para 2030 e 2050 são de 55 e 95%, respetivamente, de participação de recursos energéticos renováveis na produção de eletricidade.

Na verdade, e conscientes do contributo e da importância do papel da EEM, estabelecemos uma meta ainda mais ambiciosa, nomeadamente, a de atingir 50% de renováveis em 2025 e 60% em 2030, tendo para o efeito diversos projetos em implementação, a maioria incluídos no âmbito do PRR.

Resíduos

A gestão de resíduos desempenha um papel importante nas organizações e nas sociedades como um todo. A EEM, no ano 2022, produziu um total de 1 174,97 t de resíduos, verificando-se, comparativamente a 2021, uma diminuição significativa da quantidade de resíduos perigosos produzidos (-158%), uma vez que em 2021 a quantidade de resíduos gerados contempla a Operação de Remediação de Solos nos Socorridos.

No ano atualmente reportado, 94% da produção total de resíduos foram sujeitos a operações de valorização.

Conformidade Ambiental

c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 48.º do RJSERAM);

A EEM tem implementado um procedimento de identificação e avaliação da conformidade legal, que permite manter-se atualizada relativamente a legislação nacional bem como regulamentos e diretivas

européias. Na sequência deste procedimento foram identificadas algumas situações de incumprimento, alvo de tratamento e resolução ao longo do ano.

A EEM desenvolveu uma “Política da Diversidade” com vista à promoção do tratamento digno e igualitário, à valorização dos aspetos comuns e, simultaneamente, diferenciadores dos indivíduos nas suas mais variadas formas laborais e de acesso aos serviços disponibilizados pela sociedade.

Essa mesma política baseia-se nos seguintes princípios:

- cumprimento das orientações internacionais, da legislação comunitária, nacional e regional aplicáveis em matéria de igualdade e de diversidade;
- reconhecimento da importância de alinhamento estratégico com a comunidade internacional com vista à promoção dos direitos humanos fundamentais, nomeadamente, em conformidade com o disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas;
- promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao trabalho e aos serviços disponibilizados pela EEM, incluindo o igual acesso a ofertas de emprego e estágios;
- tratamento igualitário e inclusivo, na relação com as partes interessadas, garantindo a prevenção e a não aceitação de qualquer situação de discriminação ou tratamento diferenciado em função do género, da capacidade física ou intelectual, da aparência, da raça ou da etnia, da origem ou da naturalidade, do estado civil, do credo, da orientação sexual, da associação política, sindical ou de outra natureza.
- promoção da equidade, da integridade, do brio profissional, do civismo, do urbanismo e do respeito pelos direitos individuais e coletivos no tratamento com o próximo;
- sensibilização e responsabilização de todos os colaboradores, no sentido de garantir a efetiva aplicabilidade da atual política de diversidade.

d) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º 1 do artigo 48.º do RJSERAM);

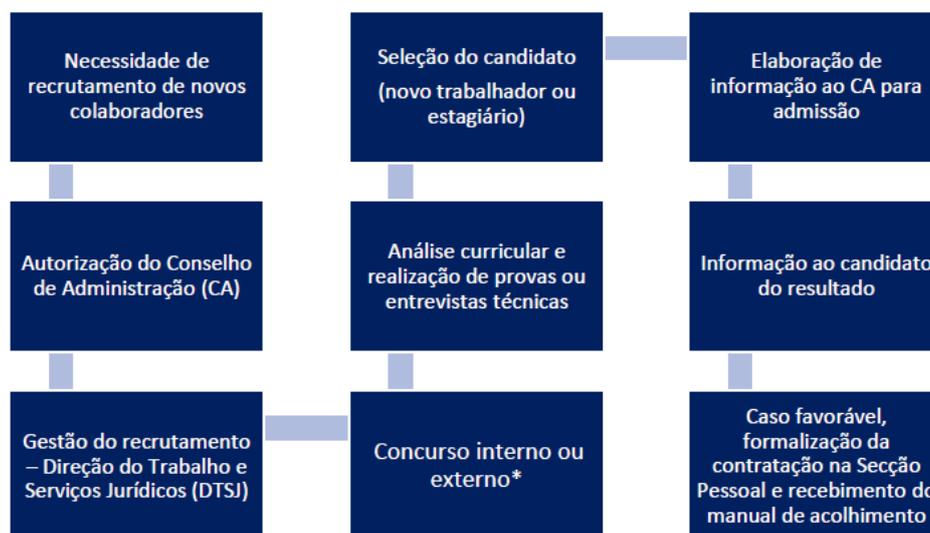
Gestão das relações laborais

A EEM em 2022 registou em toda a sua atividade um total de 640 recursos humanos, número que reflete o contributo significativo para a empregabilidade e a economia regional da RAM.

Quanto à base salarial da EEM tem-se verificado que o seu aumento tem sido constante ao longo dos anos, assim como o salário mínimo regional.

2022	
Nº total de colaboradores:	640
Base salarial média EEM	2 137,19 €
Salário mínimo regional	785,00 €
Salário mínimo nacional	760,00 €
Rácio regional	2,72
Rácio nacional	2,81
Rácio Salário mais baixo e salário mínimo 2022	
Por género	
Mulheres	1,26
Homens	1,15

A admissão de colaboradores obedece a um procedimento que pode ser esquematizado da seguinte forma:



Paralelamente à admissão de colaboradores, a EEM conta com a entrada de estagiários na sequência de programas de estágio de estabelecimentos de ensino e do Instituto do Emprego, que por sua vez podem levar a um processo de recrutamento/seleção adequado.

Ao longo do ano 2022, para reforço das suas equipas, a EEM contratou 10 novos colaboradores. Relativamente às saídas, observamos um aumento de 15%, correspondente a 26 colaboradores. Adicionalmente, foram realizados 16 estágios curriculares/ profissionais em diferentes direcções de serviços da empresa.

Saúde e Segurança no Trabalho

O sistema de gestão de segurança da EEM, certificado de acordo com a norma ISO 45001, procura assegurar o cumprimento da legislação e regulamentação em vigor, procurando superar os requisitos obrigatórios, com vista a promover um ambiente de trabalho seguro e saudável a todos os colaboradores.

Para que essa promoção seja concretizada, a empresa identifica todos os perigos e situações perigosas nos locais de trabalho, através da recolha de informação e conhecimento diversos, avalia os riscos e efetua o seu controlo com a implementação de medidas de prevenção ou de proteção. Complementarmente, com a medicina no trabalho é efetuado o seguimento da vigilância da saúde de cada colaborador, mediante consultas de medicina no trabalho, concretização de exames e outras ações que se considerem necessárias.

Acresce ainda que desde 2021 a EEM subscreveu para os seus funcionários um seguro de saúde gratuito, podendo os mesmos incluir o seu agregado familiar mediante condições especiais.

Acidentes de Trabalho

Todos os incidentes ocorridos na EEM são registados e investigados. A sua investigação é considerada um elemento essencial para a determinação dos níveis de risco existentes nas atividades desenvolvidas na EEM, tendo como principal objetivo a prevenção da ocorrência futura de eventos similares. De igual forma, é um processo de planeamento que permite explorar as ações que podiam ter sido tomadas para prevenir ou minimizar a recorrência do acidente.

Em 2022, foram registados 23 acidentes, sendo a maioria consequente de atividades no local de trabalho (91%), sendo os restantes *itinere*.

Simulacros e treinos na EEM

Em 2022, com o intuito de testar os procedimentos e instruções de emergência nas várias instalações da EEM, foram efetuados simulacros, visando pôr em prática os procedimentos estabelecidos nos Planos de Emergência Internos de cada instalação, nomeadamente:

- O Plano de Atuação para a situação de incêndio;
- A intervenção por parte dos elementos da Estrutura Operacional de Emergência.
- Verificar que os procedimentos definidos nas Medidas de Autoproteção (MAP's) e o procedimento de atuação em caso de emergências ambientais se encontram adaptados às realidades de cada instalação.

Os cenários e respetivos relatos encontram-se vertidos no Relatório de Sustentabilidade 2022.

Formação e Educação

Em 2022, a EEM proporcionou 12 484 horas de formação aos seus colaboradores, promovendo ações nas mais variadas áreas, como Segurança e Saúde no trabalho, Ambiente, Instalações Elétricas, Redes Inteligentes, Gestão de Projetos, Tecnologias de Informação, Cibersegurança, entre outras. Face a 2021, constata-se um aumento significativo (+50%) no número de ações de formação.

As horas investidas em formação neste ano, comparativamente com os anos anteriores, refletem a aposta da EEM na contínua valorização profissional do seu capital humano.

e) Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 43.º do RJSERAM). Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).

No próximo ano e seguintes não são esperadas alterações significativas na condução dos negócios da EEM, para assegurar a missão que lhe está atribuída estatutariamente e que tem como centro de atuação, a prestação de um serviço público de enorme relevância para a sociedade e para a atividade económica em geral.

O Grupo EEM continua a privilegiar investimentos de acordo com os princípios de política de energia e clima da RAM, com especial destaque para a maximização da penetração de energias renováveis, contribuindo para aumentar os níveis de sustentabilidade ambiental, económica e social da região, reduzindo também a dependência de combustíveis fósseis e importações de matérias-primas. Paralelamente, a EEM assegurará níveis de manutenção e operação indispensáveis ao bom funcionamento de todos os seus ativos, não descuidando a valorização dos seus recursos humanos, mantendo o nível de responsabilidade social que lhe está conferida.

Para a concretização deste quadro de desenvolvimento futuro, a EEM tem como pressuposto que se manterão, no mínimo, os princípios do mecanismo regulatório, que garantam a convergência tarifária em todo o território nacional e a viabilidade económica e financeira das empresas reguladas.

X. Avaliação do Governo Societário

I. Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário (vide artigo 52.º do RJSERAM), através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação deverá ser incluída:

a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, subcapítulo, secção e página);

b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela empresa para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação		
Princípios	Cumprimento	Fundamentação
As empresas detidas pelo Estado devem: - Cumprir a missão e os objetivos que tenham sido determinados para a empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de	Total	- A EEM cumpre a sua missão e os objetivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente. Anualmente, é apresentada no <i>Relatório e Contas</i> uma avaliação da atividade desenvolvida. - As atividades da EEM são, também,

responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados.		apresentadas no âmbito do relatório de Sustentabilidade, com periodicidade anual e no Relato Não financeiro.
- Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objetivos e das políticas.	Total	- A divulgação da missão da EEM, dos seus objetivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu <i>Relatório e Contas</i> anual, do sítio da empresa na internet e da página da Intranet da empresa, bem como no relatório de sustentabilidade e no relato não financeiro.
- Elaborar planos de atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objetivos definidos.	Total	- A EEM elabora anualmente o seu plano de atividades e orçamento, de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e os objetivos fixados.
- Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objetivos a atingir e os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo.	Total	- A estratégia de sustentabilidade prosseguida pela EEM encontra-se disponível no seu <i>Relatório de Sustentabilidade</i> , no sítio da empresa.
- Adotar planos de igualdade, após diagnóstico da situação, de forma a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.	Total	- Um dos compromissos da EEM, evidenciado na sua estratégia de sustentabilidade, é “promover o tratamento digno e igualitário”, relatando o seu desempenho no Relatório de Sustentabilidade e no Relato não Financeiro. - A EEM elaborou uma Política de Diversidade, que se encontra disponibilizado na intranet, para os seus colaboradores.
- Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos, de como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e de como foi salvaguardada a sua competitividade.	Total	- A EEM cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual à tutela e ao público em geral. Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida pela Empresa.
- Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor, devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres.	Total	- Toda a atividade da empresa é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas. Neste contexto, a EEM adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.
- Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional.	Total	- A EEM aposta na formação dos seus trabalhadores e das suas trabalhadoras, promovendo o desenvolvimento dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO 2022

<p>- Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adotados no que se refere a aquisição de bens e serviços e adotar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.</p>	Total	<p>competências e potenciando, internamente, novos desafios e oportunidades profissionais.</p> <p>- A EEM respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e possui procedimentos internos transparentes, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia, eficácia e de igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.</p>
<p>- Divulgar anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros.</p>	Total	<p>- A EEM divulga anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros, através do seu Relatório do Governo Societário anual.</p>
<p>- Conduzir com integridade os negócios da empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas.</p>	Total	<p>-A EEM pauta a sua atuação por uma conduta íntegra na realização dos negócios, refutando veementemente práticas menos éticas. O Código de Ética e Conduta da EEM, expressa o seu compromisso com uma conduta ética e transparente nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objetivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis a todos os agentes e contribuindo para um desenvolvimento sustentável consolidado.</p> <p>- Adicionalmente foi elaborado um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o qual visa reforçar o compromisso individual de cada colaborador com as boas práticas no que respeita a relações com terceiros.</p> <p>- Não há despesas confidenciais ou não documentadas na EEM.</p>
<p>- Ter ou aderir a um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, divulgando aos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral.</p>	Total	<p>- O Código de Ética e Conduta da EEM, encontra-se disponível na Intranet da EEM.</p>

Estruturas de administração e fiscalização

Princípios	Cumprimento	Fundamentação
<p>As empresas detidas pelo Estado devem:</p> <p>- Deter órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da empresa,</p>	Total	<p>- Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos órgãos de administração e fiscalização da EEM está perfeitamente ajustada à</p>

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO 2022

<p>de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efetiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo setor de atividade.</p>		<p>complexidade da empresa.</p>
<p>- Ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso das empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adotado.</p>	<p>Total</p>	<p>- O Modelo de Governo da EEM, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes órgãos sociais: a Assembleia-Geral; o Conselho de Administração; o Conselho Fiscal e o ROC.</p>
<p>- Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.</p>	<p>Não aplicável</p>	<p>- A EEM não tem membros não executivos nos seus órgãos de administração.</p>
<p>- Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para as empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão deverão ser os interlocutores da empresa junto dos auditores externos, competindo-lhes proceder à sua seleção, à sua confirmação, à sua contratação e à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, que deve ser concedida apenas se não estiver em causa a independência dos auditores.</p>	<p>Total</p>	<p>- A auditoria anual às contas da EEM é efetuada por entidade independente externa, que tem como interlocutores privilegiados a Administração, o Conselho Fiscal, a Direção de Contabilidade e a Direção Administrativa e Financeira.</p>
<p>- Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus órgãos de fiscalização</p>	<p>Total</p>	<p>- Os membros dos órgãos sociais da EEM são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos.</p>
<p>- O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da empresa e os seus ativos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela empresa.</p>	<p>Total</p>	<p>- A gestão de risco, enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos/as os/as gestores/as e colaboradores/as das empresas do Grupo EEM. Neste contexto, a Auditoria Interna tem como principais objetivos a identificação dos fatores de risco ao nível das principais atividades empresariais e dos respetivos controlos-chave para</p>

reduzir ou eliminar o seu impacto. Os riscos económicos são atenuados por critérios de segurança e prudência que têm em conta a dispersão geográfica dos investimentos efetuados nas diferentes áreas de negócio e pela realização de estudos prévios à sua concretização.

Remunerações e outros direitos

Princípios	Cumprimento	Fundamentação
As empresas públicas devem:		
- Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas.	Total	- A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos órgãos sociais é realizada através do <i>Relatório do Governo Societário</i> anual e do sítio da empresa.
- Divulgar anualmente todos os benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa.	Total	- A divulgação anual de todos os benefícios e regalias de cada membro dos diversos órgãos sociais da empresa é realizada através do <i>Relatório do Governo Societário</i> anual e do sítio da empresa.

Prevenção de conflitos de interesses

Princípios	Cumprimento	Fundamentação
Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem:		
- Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.	Total	- Os membros do Conselho de Administração da EEM têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.
- No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Secretaria Regional das Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse.	Total	- Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração e de fiscalização na EEM e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Órgãos de Fiscalização. Os membros do Conselho de Administração e dos Órgãos de Fiscalização cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação. Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no <i>Estatuto do Gestor Público</i> , comunicaram à Secretarial Regional das Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, direta ou indiretamente, nas empresas onde exercem funções.

2. Outras informações: a empresa deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

Não há outras informações relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de bom governo adotadas.

O Conselho de Administração



Ao Conselho de Administração da
EEM – Empresa de Electricidade da Madeira S.A.

Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre o Relatório de Governo Societário do exercício de 2022 da EEM – Empresa de Electricidade da Madeira S.A.

Introdução

Em cumprimento do disposto no número 2 do artigo 52.º do Decreto Legislativo Regional nº15/2021/M, de 30 de junho, emitimos o Parecer sobre o Relatório de Governo Societário da EEM – Empresa de Electricidade da Madeira S.A. (a Entidade), apresentado pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Responsabilidades

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e aprovação do Relatório do Governo Societário do exercício de 2022, dando cumprimento ao número 1 do artigo 52.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, bem como a informação atual e completa sobre as matérias reguladas na Secção II da Circular nº2/SRF/UT/2023, Manual para a elaboração do Relatório do Governo Societário relativo ao exercício de 2022.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Entidade e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos e reuniões com o seu Conselho de Administração e serviços, bem como através da leitura das atas das reuniões do seu Conselho de Administração e da informação financeira disponibilizada.

O nosso trabalho relativamente ao Relatório do Governo Societário, consistiu em analisar e verificar que o mesmo cumpre o disposto no referido Decreto Legislativo Regional, que foi elaborado em consonância com o Manual para a elaboração do Relatório do Governo Societário relativo ao exercício de 2022 e que é adequado à compreensão das Boas Práticas de Governo Societário adotadas no exercício de 2022 pela Entidade e da forma como se desenrolou a atividade.

Parecer

Com base no trabalho desenvolvido, concluímos que o Relatório de Governo Societário, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, é adequado à forma como se desenrolou a atividade e à compreensão das Boas Práticas do Governo Societário adotadas no exercício de 2022 pela EEM – Empresa de Electricidade da Madeira S.A., e que o mesmo cumpre com os requisitos legais estabelecidos, incluindo as orientações administrativas aplicáveis.

22 de maio de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com o nº 20200003

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485